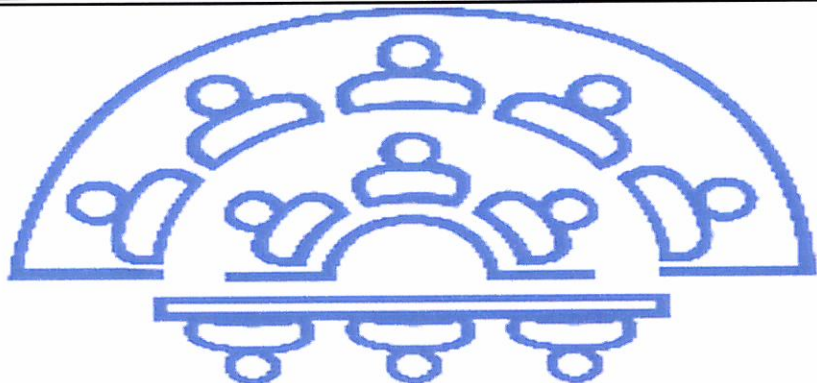


M. P. do



TORRE DE
MONCORVO
assembleia municipal

ATA N.º 17

SESSÃO ORDINÁRIA

26 DE FEVEREIRO DE 2021

APROVADA POR MAIORIA

NA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26/04/2021.

-----**Aos vinte e seis dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, pelas 09h30,**
no **Cine-Teatro de Torre de Moncorvo**, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de
Torre de Moncorvo convocada com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1 - Período de Antes da Ordem do Dia: -----

1.1 Apreciação e votação da ata da sessão ordinária de 18 de Dezembro de 2020; -----

1.2 Informação de Correspondência; -----

1.3 Assuntos de interesse relevante para o Município; -----

2 – Período da Ordem do Dia: -----

• **Ponto 1** - Apreciação da Atividade Municipal e Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara [(alínea c) do n.º 2 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013]; -----

• **Ponto 2** – Gesturdouro – Gestão de Empreendimentos Hoteleiros do Douro Superior, Lda.; -----

• **Ponto 3** – Carta Desportiva Municipal; -----

• **Ponto 4** – Proposta de Regulamento Municipal das Distinções Honoríficas e Chave de Honra da Villa de Torre de Moncorvo; -----

• **Ponto 5** – Contrato Interadministrativo de delegação de competências da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo; -----

• **Ponto 6** – Contração de Empréstimo; -----

• **Ponto 7** – Alteração ao Regulamento da Organização dos Serviços Municipais; -----

• **Ponto 8** – Alteração ao Mapa de Pessoal; -----

3 – Período de Intervenção do Público. -----

-----Feita a chamada, verificou-se a presença dos seguintes deputados municipais: -----

-----**Da Coligação Eleitoral PPD-PSD/CDS-PP:**-----

-----Luís Miranda Rei;-----

-----Pedro Miguel Pinto Carrasqueira;-----

-----Ana Luísa Leonardo Gil ;-----

-----Afonso de Freitas de Calheiros e Menezes;-----

-----Luís João Fernandes Dias; -----

-----João Augusto Leal Leonardo; -----

-----Manuel José Dinis; -----

-----Luís dos Santos Delgado Esteves (*Em substituição da deputada Maria Cecília Pinto*);-----

-----**Presidentes de Junta de Freguesias:**-----

-----Pedro Manuel Ferreira Pereira - Freguesia de Cabeça Boa;-----

-----Francisco António Roque Braz – Freguesia de Carviçais -----

-----Alexandre Correia Martins – Freguesia de Horta da Vilariga; -----

-----António Manuel Martins – Freguesia de Lousa;-----

-----José Carlos Meneses – Freguesia de Torre de Moncorvo; -----

-----Adriano Luís Mendes Martins – União de Freguesias de Felgueiras Maçores;-----

-----Luísa Pinto Ferreira – Freguesia de Castedo; -----

-----José Manuel Moreiras – União de Freguesias de Adeganha Cardanha;-----

-----Vítor Manuel Amaro Vieira - União de Freguesias de Felgar Souto da Velha;-----

-----Válter José Cordeiro Andrade - Freguesia de Açoreira.-----

-----**Do Partido Socialista (PS):** -----

----- António Eduardo Carvalho; -----

-----José Manuel Rodrigues Aires;-----

----- Fausto Edmundo Tiago;-----

-----António Júlio Andrade; -----

-----Maria de Lurdes B. Moutinho Nunes dos Reis.-----

-----**Presidentes de Junta de Freguesias:**-----

-----António Júlio Sá Andrade – Freguesia de Larinho;-----

-----Luiz Marcelino Lopes – Freguesia de Mós;-----

-----Maria Amélia Madaleno Cabeleira – União de Freguesias de Urros Peredo dos Castelhanos;-----

Verificou-se a presença de vinte e seis membros que compõem esta Assembleia Municipal. -----

lh.
Pedro

Constituíram a Mesa: -----
Luís Miranda Rei – Presidente de Mesa;-----
Pedro Miguel Pinto Carrasqueira – 1.º Secretário; -----
Ana Luísa Leonardo Gil – 2.ª Secretária.-----

-----A **CÂMARA MUNICIPAL** esteve representada pelo senhor Presidente da Câmara, Nuno Jorge Rodrigues Gonçalves, o senhor Vice-Presidente, Victor Manuel Silva Moreira e a Sr.ª Vereadora Maria da Piedade Meneses. -----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 31.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi apoiada pela Licenciada Lúcia Alexandra Barbeiro Pissarro. -----

-----**Tendo-se procedido à gravação digital da sessão, nesta ata apenas se faz referência às intervenções ocorridas.** -----

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos fazer a chamada. Para não estar a perder tempo, penso que do Grupo Parlamentar do PPD/PSD falta a Sra. Deputada Lucinda João, falta o Sr. Presidente da Junta de Cabeça Boa, Pedro Pereira – faltam dois elementos. Do Grupo Parlamentar do Partido Socialista faltam os Srs. Deputados João Pavão, José Manuel Aires e António Júlio Sá Andrade. -----

Portanto, temos quórum. Isto é para simplificar, para não estarmos aqui a fazer a chamada. ----
Duas situações, para darmos início aos trabalhos. Falta a Sra. Secretária da Mesa, Lucinda Carpinteiro. Mas, antes de chamar alguém para a Mesa, comunicar-vos duas situações. Penso que serão as duas do conhecimento de todos, mas uma certamente que é, e que foi o falecimento do anterior Presidente da Junta de Freguesia de Horta da Vilariça, o Sr. Mário Diogo Pinheiro Miranda. E já está presente o seu substituto, que é o senhor Deputado Alexandre Correia Martins. A Sra. Deputada Maria Aldina Esteves Catarino Carvalho renunciou ao mandato, e vai ser substituída pela deputada Ana Luísa Leonardo Gil. -----

Eu chamava estes dois membros para fazer o juramento e assinarem o auto de posse. -----

-----**Tomada de Posse**-----

Primeiro está aqui a Ana Gil. Sra. Deputada, assinava aqui, e convidava-a a ficar aqui na Mesa, a substituir a Deputada Lucinda João. -----

E agora chamava, para tomar posse, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Horta da Vilariça, Alexandre Correia Martins. Muito obrigado, Sr. Deputado. Assinava aqui, se faz favor. -----

Entretanto, chegaram os Srs. Deputados José Manuel Rodrigues Aires, o Sr. Deputado António Júlio Sá Andrade, e o Sr. Deputado Pedro Pereira também. Portanto, neste momento estão a faltar dois deputados: Lucinda João (que já disse que não vem, e por isso já está aqui a Sra. Deputada Ana Gil, que vai substituí-la na Mesa), e o Sr. Deputado João Pavão. -----
Continuando, temos quórum, já tomaram posse os senhores Deputados. -----

Vamos passar para o Ponto n.º 1.1, Apreciação e votação da ata da sessão ordinária de 18 de dezembro de 2020. -----

----- **1- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

PONTO 1.1 — APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 25 DE SETEMBRO DE 2020. -----

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Estão abertas as inscrições relativamente à ata de 18 de dezembro de 2020. Quem pretende inscrever-se? Então, vamos passar à votação. Nos termos do Código do Procedimento Administrativo, só vota quem esteve presente. Dos Srs. Deputados presentes, há três que não votam: o Sr. Deputado Luís Esteves, o Sr. Deputado Alexandre Martins e o Sr. Deputado José Meneses. Não estiveram no dia 18 e, portanto, não votam a ata de dia 18, como é normal e correto. -----
Vamos passar à votação. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou **por unanimidade, de votos dos membros presentes na reunião anterior, aprovar a “Ata da sessão ordinária de 18 de Dezembro de 2020”**. -----

PONTO 1.2 — INFORMAÇÃO DE CORRESPONDÊNCIA. -----

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----Resumo da correspondência recebida, registada sob os números 410/2020 a 99/2021 inclusive. -----

-----**O Presidente de Mesa:** O Sr. Presidente da Junta de Horta da Vilariça entregou na Mesa o seguinte: -----

“Alexandre Correia Martins, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Horta da Vilariça, vem por este meio solicitar ao Exmo. Sr. Presidente da Mesa um minuto de silêncio em memória do antigo Presidente, Exmo. Sr. Mário Miranda, bem como uma menção honrosa pelos serviços prestados aquando das suas funções.” -----

Eu acho que é um gesto que enaltece, de reconhecimento do nosso ex-colega de Assembleia. Portanto, eu vou pedir um minuto de silêncio, e depois, evidentemente, a votação da moção. Vamos guardar um minuto de silêncio em honra do Sr. Mário Miranda, antigo Presidente da Junta de Freguesia de Horta da Vilariça. -----

Minuto de Silêncio-----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado. Então, íamos votar esta menção honrosa. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou **por unanimidade, aprovar um voto de pesar, em memória do Sr. Mário Miranda.** -----

-----**O Presidente de Mesa:** Relativamente à correspondência, fazer referência a três ou quatro aspetos. -----

A Sra. Prof.^a Adília Fernandes – que eu já falei aqui na última reunião – continua a mandar-me vários e-mails, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal e na qualidade de Diretor do Agrupamento, a propósito dos livros da Santa Casa da Misericórdia. A Santa Casa da Misericórdia é uma instituição particular, ela questiona várias situações, e eu não sou propriamente a pessoa mais avalizada para me pronunciar sobre isso. Eu limito-me a comunicar aos Srs. Deputados a preocupação, as interrogações e as inquietações que a Prof.^a Adília Fernandes tem. Nem sei se a Assembleia Municipal será o organismo próprio para falar e debater esta questão. -----

De qualquer forma, há uma preocupação da Sra. Prof.^a Adília Fernandes, e eu estou a partilhá-la com vocês. Se algum Sr. Deputado quiser falar, se está mais por dentro disto, se quer analisar no futuro a questão, é só comunicar-vos o que me tem chegado. -----

Depois, houve vários requerimentos e vários pedidos do Sr. Deputado José Aires, que foram encaminhados para a Câmara Municipal, alguns, e outros, está aqui o despacho, que eu pedi aos serviços para lhe entregar. -----

Um dos pedidos do Sr. Deputado José Aires é relativamente às ajudas de custo da eleição dos membros da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte. Como foi dito na última Assembleia, tinha sido pedido um esclarecimento à DGAL. Esse pedido de esclarecimento foi pedido no dia 14 de dezembro, a Assembleia foi no dia 18 de dezembro, a resposta veio no dia 21 de dezembro. Hoje, penso que a Lúcia já entregou a todos o boletim de itinerário, por causa das ajudas de custo. Portanto, hoje vão ter que preencher dois boletins de itinerário, um relativo à reunião de hoje, e outro relativamente à votação do dia 13 de outubro. Isto pressupõe que a resposta da DGAL foi no sentido de que se pagasse as ajudas de custo. Esperou-se por esta Assembleia, para que os Srs. Deputados preenchessem o boletim de itinerário, e posteriormente a Câmara Municipal irá proceder ao pagamento. Portanto, penso que essa situação também estará esclarecida. -----

Também há um requerimento do Sr. Deputado António Júlio Andrade, que foi remetido para a Câmara Municipal. -----

Outra correspondência está ali também para consultar. E penso que, relativamente à correspondência, estamos conversados. -----

Passaríamos, então, ao Ponto n.º 1.3, Assuntos de interesse relevante para o Município. -----

PONTO 1.3 — ASSUNTOS DE INTERESSE RELEVANTE PARA O MUNICÍPIO. ----

----- Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **José Aires** (PS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado, faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Vou aproveitar para o cumprimentar a si, aos membros da Mesa, ao Sr. Presidente da Câmara, ao restante Executivo, aos Srs. Funcionários, aos meus colegas deputados municipais, e ao público aqui presente. ---- Em primeiro lugar, e na sequência da intervenção que o senhor fez anteriormente, relativamente a essa correspondência que tem recebido, com essas questões que até estava a referir que poderão não se enquadrar na Assembleia Municipal, pedia-lhe, se pudesse pedir aos serviços de apoio da Assembleia Municipal, que nos pudessem enviar por *e-mail*, para podermos analisar também. Obrigado. -----

Exmo. Sr. Luís Miranda Rei, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo:

Expresso desta forma o meu veemente protesto pela atitude, que considero inqualificável, e que resultou na recusa do agendamento de dois pontos na ordem de trabalhos da reunião que hoje se realiza. É incompreensível que tendo cumprido os trâmites legais do disposto na alínea a) do n.º 3 do art.º 16.º do Regimento da Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo, não tenha V. Exa., no cumprimento da alínea i) e j) do n.º 1 do art.º 7.º, e do n.º 1 do art.º 16.º, agendado os assuntos em questão. -----

Passo a explicar: no usufruto dos direitos que me são concedidos pela alínea a) do n.º 3 do art.º 16.º do Regimento da Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo, enderecei, por carta registada com aviso de receção, no passado dia 18 de fevereiro de 2021, dois pedidos para agendamento na ordem do dia da Assembleia Municipal que se realiza hoje, dia 26 de fevereiro de 2021, dos seguintes assuntos: a aplicação do SIADAP no Município de Torre de Moncorvo, no âmbito da Lei n.º 66-B/2017, de 28 de dezembro, e alterações seguintes, e do Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de setembro; transmissão em vídeo e áudio das reuniões da Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo em plataforma digital.-----

A carta, com o número de registo RH718858601PT foi recebida no dia seguinte, 19 de fevereiro de 2021, conforme se pode verificar após consulta no sítio www.ctt.pt. Após receção do e-mail da Assembleia Municipal com o link que remete para a ordem de trabalhos da reunião ordinária de dia 26 de fevereiro de 2021, verifiquei, com grande surpresa, que ambos os pontos, e respetiva documentação anexa que tinha remetido, não constavam em nenhum dos oito pontos que a compõem. Procedi de imediato ao envio de um e-mail para V. Exa., com conhecimento para o e-mail assembleia@torredemoncorvo.pt, a dar conhecimento do sucedido e a solicitar a devida retificação, onde anexei os documentos em formato digital, de forma a facilitar a sua inclusão.-----

Recebi ontem, dia 25 de fevereiro de 2021, o seu e-mail, a indicar que os serviços de apoio da Assembleia Municipal me iriam enviar o seu despacho sobre os motivos de não agendamento. À hora do início desta reunião ordinária, continuo sem qualquer esclarecimento ou informação. - Reafirmo hoje o que lhe transmiti no e-mail que lhe remeti: tomarei as medidas que entenda necessárias à reposição da transparência e legalidade, valores inegociáveis num Estado de Direito Democrático. Disse. -----

Expresso ainda o meu descontentamento com a demora na resposta aos vários requerimentos que lhe enderecei desde a última reunião ordinária, realizada no passado dia 18 de dezembro de 2020, fundamentais para o cumprimento do mandato deste órgão, que consiste na fiscalização do Executivo Municipal, ao abrigo da alínea d) do n.º 2 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo, pois, como V. Exa. bem sabe, é competência da Mesa da Assembleia Municipal, na alínea k) do n.º 1 do art.º 6.º, comunicar à Assembleia Municipal a recusa da prestação de quaisquer informações ou documentos, bem como a falta de

colaboração por parte da Câmara Municipal ou dos seus membros. Como já passaram setenta dias desde que apresentei os requerimentos 04/2020 e 05/2020, e continuo sem resposta, exijo saber quais os motivos da demora, e se houve recusa de prestação da informação por parte da Câmara Municipal. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. -----

Começando pela parte final, os documentos foram encaminhados para o Sr. Presidente da Câmara, e ele irá responder-lhe, penso que de seguida. -----

Quanto à parte inicial da sua intervenção, dizer-lhe o seguinte: foi-lhe entregue o meu despacho para não agendamento dos dois pontos que refere, relativamente à moção para que as sessões da Assembleia Municipal passem a ser transmitidas, por via da internet, etc., e relativamente ao SIADAP. Eu, pessoalmente, dei a resposta e fundamentei-a. No direito, evidentemente há várias interpretações. Eu tenho uma interpretação, o Sr. Deputado terá outra. Eu não concordo é com a sua expressão, chamar-lhe “inqualificável”. Eu tenho uma opinião e disse-a, e fundamentei-a em quatro normas jurídicas, que eu já vou dizer quais são. O Sr. Deputado tem todo o direito de não concordar, o Sr. Deputado e outros Srs. Deputados. Agora, dizer que é inqualificável, acho que é um adjetivo que provavelmente é excessivo. Acho que há aqui uma cultura democrática – o senhor fala na sua carta no Estado de Direito Democrático, é um grande defensor do Estado de Direito Democrático, como se nós não fossemos – o senhor será, mas nós também somos, acho que todos temos uma cultura democrática, esta Assembleia Municipal é um órgão democrático, democraticamente eleito, etc. Portanto, estamos aqui, penso que a maior parte de nós só está aqui por um único objetivo, que é o bem do nosso concelho. O percurso poderá ser diferente, de uns para os outros, mas eu acho que o objetivo é o mesmo. Eu, por exemplo, na minha idade, com cabelos brancos, as minhas ambições políticas são zero. -----

Portanto, acho excessivo esse tipo de linguagem. Mas, é a minha opinião, o Sr. Deputado é livre de ter as opiniões que quiser. -----

Quanto à substância, por que é que eu indeferi o pedido? Indeferi o pedido porque, como o senhor disse há pouco, a sua correspondência chegou à posse da Assembleia Municipal, dos serviços de apoio, no dia 19 de fevereiro, e a Assembleia é hoje. Portanto, considero eu, baseando-me no art.º 279.º do Código Civil, na Lei n.º 75/2013, no Código do Procedimento Administrativo, e no próprio Regimento da Assembleia, que não se respeitaram os cinco dias que no art.º 16.º, que o Sr. Deputado cita, não estão presentes. Isto por quê? E como lhe digo, é a minha interpretação, não há mal nenhum em interpretarmos de maneira diferente – o direito, como lhe disse, é muito vago, e quem andou por lá, por aquelas faculdades, sabe isso; então quando falamos de prazos, enfim, há muita coisa para contar. A interpretação que eu faço é que o dia 19 não conta, porque é o dia em que eu tenho conhecimento da sua comunicação. E

também não conta o dia 26, que é o dia do evento. Portanto, se for assim, não estão presentes os cinco dias que o Regimento diz, só estão presentes quatro dias, que foi o dia 22, 23, 24 e 25. Ora, há uma falha de um dia. O Sr. Deputado poderá dizer que a Lei é outra situação, que se pode considerar o dia 19 e pode considerar-se o dia 26. Tudo bem, Sr. Deputado; o Sr. Deputado tem todo o direito de pensar que o dia 26 deve ser contado, ou que o dia 19 deve ser contado. A Lei, na minha interpretação – e eu citei-lhe quatro normas jurídicas, e repito, citei o Código Civil, o art.º 279.º, citei-lhe o art.º 53.º da Lei n.º 75, citei-lhe o Código do Procedimento Administrativo, e citei-lhe o próprio Regimento. Na minha interpretação, e repito, e com o apoio dos serviços da Assembleia Municipal, que também pensam assim, temos presentes só quatro dias. Ora, o Regimento fala em cinco. Foi por isso que eu indeferi o seu pedido, mas ressalvei – se quiser ler, o documento foi-lhe entregue... Não foi? Peço desculpa, eu pedi aos serviços para entregar. Está aí o meu despacho. -----

E também lhe digo que dentro de um mês teremos outra Assembleia, e nessa Assembleia discutir-se-á esse assunto e os outros que o Sr. Deputado achar pertinentes. Agora, utilizar o adjetivo “inqualificável”, acho que é excessivo. Acho que é preciso haver aqui um respeito mútuo, que nós devemos ter uns com os outros, e que devemos ter um certo cuidado com os adjetivos que utilizamos. A Assembleia daqui a pouco acaba, ou por volta do meio dia, da uma, ou das duas, nós vamos lá para fora, somos cidadãos, convivemos uns com os outros, e acho que devemos ter respeito mútuo. O senhor diz que o meu ato é “inqualificável”. Por amor de Deus, o meu ato é um ato jurídico, político, com que o Sr. Deputado pode concordar, ou não. Tanta legitimidade tenho eu de o decidir, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, como o Sr. Deputado tem de dizer “o que o senhor fez não está correto”. Ponto final. -----

Eu daria a palavra agora ao Sr. Presidente da Câmara, sobre os outros requerimentos. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito bom dia a todos. Cumprimento a Mesa, aproveito para cumprimentar os colegas do Executivo, os Srs. Deputados, e um cumprimento especial ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Horta da Vilarça, que tomou posse, e à Sra. Deputada Ana Gil, e também aos funcionários que estão a dar apoio. -----

Quanto a essa questão, não me vou pronunciar, porque se trata de competência exclusiva da Assembleia, mas não podia deixar, quando o Sr. Deputado José Aires interpela a Assembleia Municipal e o seu Presidente, concretamente, se houve da parte da Câmara Municipal algum obstáculo, dizer, Sr. Deputado, que no requerimento que V. Exa. fez chegar, no dia 8, o despacho com o Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, no mesmo dia, foi para proceder de acordo com a informação. No dia 24 de fevereiro, foi quando me chegou o requerimento apresentado pelo Sr. Deputado António Júlio Andrade e pelo Sr. Deputado José Aires, no mesmo dia, dia 24, fiz um despacho para proceder de acordo com a informação dos serviços. -----

Portanto, a Câmara aqui não obstaculizou, nem tem qualquer problema em discutir o que quer que seja com o Sr. Deputado – com o senhor, ou com qualquer outro. Agora, há regras que têm que ser cumpridas, e acho que ficou aqui claro qual é o cumprimento das regras. Quando chega à Câmara Municipal, a Câmara despacha. Agora, chegou-me no dia 24, despachei no dia 24. No dia 24, o Sr. Presidente da Assembleia não referiu isso, mas já estavam as quarenta e oito horas, para o dia 26. Até nisso, a Câmara Municipal disse para os serviços responderem. Agora, obviamente que, depois, o trâmite passará sempre pela Assembleia Municipal, que é quem tem a competência para os requerimentos que o Sr. Deputado fez. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Penso que está encerrado este ponto. -----

Passaremos, então, ao Período da ordem do dia. -----

----- 2 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

PONTO 1 — APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA. -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **Fausto Tiago** (PS), **João Leonardo** (Coligação PSD/CDS), **Luís Dias** (Coligação PSD/CDS), **José Aires** (PS) e **António Júlio Andrade** (PS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Aqui destacar algumas situações, nomeadamente que quando fiz este relatório, tinha-se iniciado a abertura das candidaturas das hortas comunitárias. Vão ser entregues, já no dia 6 de março, sábado. Concorreram quarenta pessoas, havia trinta e oito lotes, sendo que o trigésimo nono era da Câmara Municipal. Como havia interessados que não pretendiam um lote inteiro, mas só metade, a Câmara prescindiu do seu lote, e neste momento temos quarenta pessoas que irão, no dia 6, receber a sua horta comunitária. -----

Levantou-se também aqui alguma celeuma, por assim dizer, quanto às medidas que estavam previstas para o Reboredo. Procedeu-se à plantação dos dezoito hectares de sobreiro na Serra do Reboredo, seis hectares em Carviçais – isto tinha a ver com as medidas de compensação ainda do Baixo Sabor – recuperaram-se oito hectares de carvalhos negrais, e vamos também ter

agora o tal projeto que já vinha de há uns anos atrás, mais concretamente de 2017 (penso eu), que tem a ver com a regeneração da Serra do Reboredo, que está no limite destes dezoito hectares, até à mancha de carvalho branco, que é o que vamos agora iniciar, numa candidatura que, como foi referido aqui várias vezes, tinha a ver com a Legislação, que tinha que ser sempre uma candidatura submetida pelo ICNF. A candidatura foi feita pelos serviços do Gabinete Florestal da Câmara, foi submetida em nome do ICNF, aguardamos para dar início. -----

Dizer-vos também que houve o prolongamento das medidas de apoio às famílias e aos operadores económicos, no âmbito das concessões da Câmara Municipal, o que fez com que todas as rendas nas concessões dos pequenos comerciantes não estão a ser pagas. Também as rendas nos bairros sociais da propriedade da Câmara Municipal, em que algum elemento tenha perdido a possibilidade de pagar, ou perda de rendimento, também estão incluídos para não pagarem as rendas mensais – ou seja, foram todas suspensas, bem como as taxas. -----

Também, como tiveram conhecimento, foi realizada a cerimónia de homologação do contrato de colaboração entre a Câmara e o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, no âmbito do Primeiro Direito. -----

Deixem-me esclarecer aqui duas coisas. A CIMDouro tem um programa, que é no Programa Nacional de Apoio à Produção (o chamado PNAP), em que disponibilizava cerca de dezoito milhões de euros (18.000.000€) para o pequeno comércio dos dezanove Municípios – pequeno comércio e restauração. A nossa ideia no PNAP era que fosse um incentivo, não ao investimento, mas sim à manutenção das condições que os operadores económicos tinham, nomeadamente manterem o emprego, conseguirem pagar a Segurança Social dos trabalhadores, e um problema que se tinha visto era se os sócios-gerentes, ou os gerentes, poderiam, ou não, ser incluídos. --

Nesse projeto que levámos à Sra. Ministra da Coesão, foi previsto tudo isso, e estávamos em condições de os dezanove Municípios disponibilizarem os dezassete ponto setecentos e quarenta e dois milhões de euros (17.742.000€). A Sra. Ministra chumbou esse projeto da CIMDouro, com o seguinte argumento: que o Plano de Apoio à Produção Nacional seria um plano para investimento, e portanto, não era um plano para apoio ao setor económico, tinha que ter a compensação, em termos de percentagem, do investimento, e que nós não podíamos ser concorrenciais com os apoios do Estado. Entre outras coisas, o que a Sra. Ministra disse é que há um instrumento financeiro que se chama APOIAR, e o APOIAR tem a ver com apoiar as rendas e apoiar também a perda de rendimentos no setor económico. -----

Mas, a perspetiva da CIMDouro era diferente, porque quando se candidata alguém ao PNAP, o que é que existe? Tem que haver sempre uma percentagem de investimento. Ora, nós temos conhecimento, na nossa região, e concretamente no Concelho de Torre de Moncorvo, que nenhum café, nenhum restaurante, vai investir vinte (20.000€), trinta (30.000€) ou quarenta mil euros (40.000€) numa máquina nova, quando está parado, para poder beneficiar da restante

percentagem, em termos de apoio à produção nacional. Nós tentámos dessa forma, a Sra. Ministra não aceitou, reduziu-se – e ontem, eram cerca das onze da noite quando terminámos a reunião da CIMDouro – o projeto do PNAP que vai seguir agora – e diga-se também, em abono da verdade, falta o da CIMDouro, e depois já digo algumas coisas – por exemplo, o Plano de Apoio à Produção Nacional das Terras de Trás-os-Montes, neste momento, está em dois por cento (2%), o que vem ao encontro do que nós transmitimos à Sra. Ministra, porque ninguém está para investir em máquinas para conseguir apoio, depois, para as rendas.-----

O projeto que vai seguir é na ordem dos cinco milhões de euros (5.000.000€), porque já não conseguimos colocar o montante todo, que era o montante de apoio ao pequeno produtor. São cerca de cinco milhões de euros (5.000.000€), divididos desta forma: cerca de dois ponto três milhões de euros (2.300.000€) serão para o grande investimento – e estamos a falar nisto, para pessoas que poderão ir até aos duzentos mil euros (200.000€) – e depois, o restante montante será para o pequeno comerciante. E desta forma, no pequeno comerciante, a proposta que vai novamente para o Governo é esta: quarenta por cento (40%) no grande investimento, ou seja, sessenta por cento (60%) de investimento, quarenta por cento (40%) de apoio, e no pequeno, ao contrário, será sessenta por cento (60%) dado a fundo perdido, e quarenta por cento (40%) no investimento. Dessa forma, queremos colmatar um pouco a situação que nos tem chegado, nomeadamente com as dificuldades do APOIAR, dificuldades que se agravaram agora, também com as novas regras do IRS – se bem se recordam, o que se dizia é que todas as despesas com álcool-gel, máscaras, luvas, eram dedutíveis. Ora, a Autoridade Tributária agora, há três ou quatro dias, teve esta interpretação da Lei: é que, sim senhor, continuam a ser dedutíveis, mas se forem comprados num supermercado com a mesma fatura, já não podem ser dedutíveis. Vamos comprar num supermercado um quilo de carne, mais uma farinha, mais não sei quê, mais um kit de máscaras, ou se pediu à parte – que nunca tinha sido falado – ou então, já não pode ser dedutível. -----

E portanto, são estes os principais aspetos que eu quero salientar, e esperando sinceramente que consigamos ganhar mesmo, como disse ontem o Presidente da República, o verão, e depois do verão, o que se seguirá. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Estão abertas as inscrições para quem se quiser pronunciar sobre a informação escrita do Sr. Presidente. -----

Sr. Deputado Fausto, faça favor. -----

-----**O Deputado Fausto Tiago:** Ora, muito bom dia a todos. -----

A Câmara Municipal lançou este ano, ou no fim do ano de 2020, uma campanha, que se prolongou para o ano de 2021 – penso que até ao início de janeiro – de ajuda ao comércio local. As pessoas entregavam as faturas na Câmara, e aquilo que me disseram a mim, quando fui lá entregar, é que até ao dia 31 de janeiro seria contactado para uma resposta àquilo que eu tinha entregado na Câmara Municipal. Ora, estamos no fim de fevereiro, não sei se isso aconteceu só comigo, se é com toda a gente, não sei se está atrasada a resposta, se não há resposta, porque até ao momento, quem ajudou o comércio local foram apenas os particulares, a Câmara ainda não ajudou em nada, porque se houver algum dinheiro que a Câmara vai entregar a quem, de facto, concorreu a esse programa, esse dinheiro ainda continua na posse da Câmara, não está no comércio local. Portanto, a ajuda ao comércio local por parte da Câmara, até este momento, nessa parte é zero. -----

Relativamente a outro assunto, eu vi a parte escrita da atividade municipal, onde estão as obras em estudo e em projeto, temos ali caminhos públicos, Foz, temos o arranjo e integração do Poço, temos diversos levantamentos topográficos, estudo de implementação de WC's, recuperação de um edifício, estudo para implementação dos miradouros. Ora, qual é a minha surpresa, que não vejo ali o estudo, ou projeto, execução do projeto para a ponte pedonal sobre o Rio Sabor. O Sr. Presidente anunciou isso em outubro, com grande alarido nas redes sociais, em vários órgãos de comunicação regional, uma ponte pedonal sobre o Rio Sabor. Toda a gente ficou de boca aberta, de onde é que surgiu esta ideia agora, mas chegamos à conclusão que, afinal, não havia, de facto, nada, porque chegamos à Assembleia Municipal de dezembro, e o Sr. Presidente não tinha projeto, quando anunciou a apresentação do projeto, chegou à Assembleia Municipal e disse que não tinha projeto, e agora estou a ver ali que nem há estudo, nem há projeto, não há absolutamente nada. Mas, pior, é que o Sr. Presidente da Câmara nem falou com as pessoas que realmente poderiam estar interessadas em levar o projeto à frente – um dos casos era Vila Nova de Foz Coa – nem falou com entidades oficiais, como por exemplo, a Agência Portuguesa do Ambiente, o Ministério do Ambiente, ou agências para fazerem estudos de impacto ambiental, porque fazer uma ponte pedonal sobre o Rio Douro, não é deitar-me à noite, e de manhã acordo muito entusiasmado, e vou anunciar isto. Não pode. Eu ia aplicar aqui um adjetivo, mas se calhar é muito forte, que é “irresponsável”. Há pouco, o Sr. Presidente ficou muito indignado com o adjetivo “inqualificável”, se calhar este também será muito forte. Será, Sr. Presidente, mesmo? Ou foi mesmo uma irresponsabilidade da sua parte, aquilo que fez, o anúncio que fez em outubro? Porque, de facto, não há nada, o Sr. Presidente não tem nada – não tem estudo, não tem projeto, não tem nada. Teve essa ideia, não sei como é que surgiu essa ideia. De facto, ainda não percebi. Eu queria que o senhor me explicasse qual foi a intenção de anunciar uma obra desta envergadura. A Câmara do Porto e de Gaia andam a fazer uma travessia do Rio Douro, uma travessia pedonal, já há N anos, já há mais de dez anos que se fala nisso, e ainda

não está feita, parece que só agora é que vai a obra a concurso. E o senhor, deita-se à noite, de manhã levanta-se, e decide anunciar uma ponte sobre o Rio Sabor. Isto, de facto, é uma coisa que eu acho, no mínimo, irresponsável – mas, se o adjetivo é forte, eu peço desculpa, e retiro. Mas, o senhor há de justificar aquilo que anunciou. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Não peguem agora nos adjetivos, aqui estamos a falar de irresponsabilidade política, digo eu. Mas, passamos à frente. -----
Sr. Deputado João Leonardo, faça favor. -----

-----**O Deputado João Leonardo:** Ora, bom dia, Srs. Deputados, Mesa, Presidente da Câmara, Executivo. -----

Da atividade municipal, destacamos a plantação e recuperação da Serra do Reboredo, esperando que mais hectares sejam intervencionados futuramente; o prolongamento da suspensão das rendas e medidas de apoio a famílias e comerciantes locais; a abertura de candidaturas para aplicação da tarifa social e das tarifas familiares na água, saneamento e resíduos; a entrega de computadores a alunos carenciados do 1.º ciclo.-----

E ainda, nas obras em execução e encontro final, relevo a reabilitação da antiga sinagoga, a requalificação da Escola Dr. Ramiro Salgado, do antigo matadouro, e do Largo da Corredoura. E ainda a construção de muros de contenção na Avenida Jorge Luís Borges. -----

Relativamente à situação financeira a 22 de fevereiro, nota-se um saldo do período de dois milhões, novecentos e sessenta mil euros (2.960.000€), em que a dívida de terceiros é de quatro milhões, duzentos e trinta e três mil euros (4.233.000€), e a terceiros, de oitocentos e trinta e seis mil euros (836.000€), sendo a maior parte da dívida respeitante a empréstimos bancários, de sete milhões de euros (7.000.000€). Exemplo disso será a contratação de um empréstimo de médio e longo prazo, de novecentos e cinquenta mil euros (950.000€) para fazer obra, sem ficar a dever a terceiros, ou com faturas na gaveta. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o deputado Luís Dias. ----

-----**O Deputado Luís Dias:** Bom dia a todos os presentes. -----

A primeira palavra que vos trago é sobre o Sr. Miranda. Entrámos para esta Assembleia e jurámos nesta Assembleia no mesmo dia. O Sr. Miranda estava sempre pronto para ações sociais, sempre pronto para colaborar, para participar. Era o que hoje em dia chamamos de “people person”. O seu gosto pelo convívio, em especial pelo intergeracional, que eu muito apreciei, sendo ele uma pessoa com mais idade do que eu. No fundo, era uma pessoa sempre com uma boa disposição contagiante. -----

Da informação do Sr. Presidente, gostava de salientar a suspensão das rendas das instalações arrendadas pelo Município, em consequência da referida pandemia. Isto foi à Assembleia, e acho que ficou até junho ou julho deste ano. Eu gostava de saber se há a possibilidade de, hoje já, passarmos isso para o final do ano. -----

E também na parte que ainda está no quadro, em fase de estudo e projeto, temos diversos levantamentos topográficos. Eu gostava de saber mais informações sobre esses diversos levantamentos, quais são as zonas, o porquê, se poderá dizer alguma coisa sobre isso. -----

E em relação ao estudo para implementação de WC's públicos em diversas freguesias, agora com o Covid, o paradigma da higiene mudou. Ou seja, quais são as medidas para a implementação desses WC's, quando a higiene é quase de utente a utente. Como é que se irá pensar, hoje em dia, um WC público, é uma questão pertinente. -----

E já agora, ainda sobre WC's e Covid, nas freguesias, e na freguesia sede do Município, anda muita gente a fazer necessidades primárias na esquina do lado, porque não há uma casa de banho em Torre de Moncorvo, porque neste momento não há um estabelecimento com WC's aberto. Acho que é uma questão também pertinente. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado José Aires, faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Só aqui resumidamente, para terminar o ponto anterior, dizer que já recebi também o seu parecer, agradeço, vou estudar e analisar, ainda não tive oportunidade, antes desta Assembleia, mas certamente que, futuramente, teremos possibilidade de voltar ao tema. -----

E dizer-lhe aqui, quanto à semântica, concordamos em discordar. Efetivamente, cada um tem o direito de ter a sua opinião. Eu não sou guardião de nada, mas faço questão de procurar fazer valer os meus valores, e neles encontra-se, realmente, a democracia. -----

E dizer-lhe também aqui, relativamente ainda a essa questão, que o adjetivo que eu utilizei pode ser forte, mas eu também vejo, mais do que as palavras, as ações. Eu sou membro desta Assembleia Municipal desde a sessão de fevereiro de 2018, eu não fiz parte dos membros eleitos inicialmente, vim em substituição da deputada Solange Reis, que renunciou ao mandato, conforme o Sr. Presidente sabe, e ao contrário de outros deputados – como inclusivamente tivemos dois nesta sessão, o deputado Alexandre Martins e a deputada Ana Gil, que se encontra ao seu lado – eu, por exemplo, não tive direito a nenhuma sessão solene de juramento para fazer parte deste órgão. É só uma referência, um exemplo, parece-me um tratamento desigual. Não perderei também mais tempo com isso. -----

No período de antes da ordem do dia, expressei o meu protesto pelo assunto referente ao SIADAP não ter sido agendado na ordem de trabalhos desta reunião da Assembleia Municipal. Trata-se do Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública, matéria do âmbito da atividade municipal. -----

A razão de ter pedido o agendamento deste assunto prende-se com o facto de ter sido destrutado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal na reunião de 25 de setembro de 2020. Confesso que, na altura, nem me apercebi das palavras proferidas, e só quando li a ata que foi presente à reunião desta Assembleia, realizada no passado dia 18 de dezembro de 2020, é que me dei conta das ofensas proferidas. E como a defesa da honra é um direito que me assiste, nos termos do Regimento, vou passar à análise da temática. -----

Tanto o Sr. Presidente da Câmara, como a Sra. Vereadora Piedade Meneses, fizeram parte do Executivo no mandato 2009-13, sendo Vereadores da Oposição. De realçar ainda que o Sr. Presidente da Câmara é mestrando em gestão autárquica, como se pode ler no seu currículo, editado no *site* do Município. Estariam, à partida, dentro dos assuntos que fazem parte da gestão municipal, tanto mais que quando este Executivo iniciou funções em outubro de 2013, veiculou a ideia de que o SIADAP não tinha sido implementado pelo anterior Executivo. Diz a sabedoria popular que uma mentira repetida muitas vezes torna-se verdade, mas é preciso dar tempo ao tempo. Só com o passar do tempo é que se tornou possível verificar e aferir as práticas desenvolvidas em tal matéria por este Executivo. -----

Nos termos do art.º 26.º, n.º 2, do Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de setembro, a informação relativa à aplicação do SIADAP é publicada na página eletrónica da autarquia local. Consultados os documentos publicados no *site* do Município, o que vemos? O Sr. Presidente, a 20 de abril de 2015, emite uma ordem de serviço com a composição da Comissão de Avaliação para o ciclo de avaliação 2013-2014, presidida pela Sra. Vereadora Piedade Meneses. -----

Passados dez dias, a 30 de abril de 2015, através de despacho, dá conta de que foi constatado pelo Executivo que não se procedeu à implementação do SIADAP, e determina que a todos os trabalhadores da autarquia é atribuída, em 2013 e 2014, a avaliação qualitativa e quantitativa que lhes foi atribuída em 2012. De acordo com a Legislação, o processo avaliativo culmina com a homologação da avaliação pelo dirigente máximo do serviço, que deve ser, em regra, efetuada até 30 de abril, dela devendo ser dado conhecimento ao avaliado no prazo de cinco dias úteis (art.º 60.º, alínea e), e art.º 71.º da Lei n.º 186-B/2017, de 28 de dezembro, e alterações seguintes). -----

No mesmo dia, foi determinada a avaliação e produzida a homologação? Pergunto. Eu sei, Sr. Presidente, que há prazos a cumprir, e em caso de incumprimento, por parte dos Municípios, dos deveres de informação à DGAL, bem como respetivos prazos, são retidos dez por cento

14
Pedro

(10%) do duodécimo das transferências correntes do Fundo Geral Municipal (n.º 7 do art.º 50.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro). -----

Pelo menos poderia ter servido de lição e prevenção nos ciclos avaliativos futuros, mas não. A roda do tempo não pára, e, entretanto, passaram mais dois anos, 2015 e 2016, novo biénio avaliativo. E como é que o Executivo procedeu? A 13 de fevereiro de 2017, novo despacho do Sr. Presidente da Câmara a dar conta – e passo a citar – “do imenso trabalho que a regularização do SIADAP de 2013-2014, que acabou por centralizar os esforços organizacionais, que não viram possibilidade de reforço, considerando os constrangimentos impostos pelo Orçamento de Estado, não permitindo, deste modo, uma aplicação regular da avaliação de desempenho do biénio 2015-2016.”-----

Não me diga que o Município foi penalizado com o corte de dez por cento (10%) do Fundo Geral Municipal, por incumprimento do prazo de informação à DGAL dos resultados do SIADAP de 2013 e 2014, que deveriam ter sido enviados até final de maio de 2015. Quais os constrangimentos impostos pelo Orçamento de Estado? E então, qual a solução encontrada? -- Determina ainda o Sr. Presidente, nesse mesmo despacho, de 13 de fevereiro de 2017, que a todos os trabalhadores da autarquia é atribuída, em 2015 e 2016, a avaliação qualitativa e quantitativa que lhe foi atribuída em 2013 e 2014. Dois dias depois, no dia 15 de fevereiro de 2017, designa a Comissão de Avaliação para o ciclo de avaliação de 2015-16, presidida pela Sra. Vereadora Piedade Meneses. Constata-se que continuou a faturar por conta de 2012, do trabalho efetuado pelo anterior Executivo do Partido Socialista. Que alívio, três anos estão passados. -----

Sr. Presidente, isto não é forma de tratar os trabalhadores do Município. Trata-se de uma grande falta de respeito por parte deste Executivo. -----

Entretanto, inicia-se novo biénio, 2017-2018. Passados dois meses, a 15 de abril de 2017, V. Exa. emitiu nova ordem de serviço, com a composição da Comissão de Avaliação para o ciclo de avaliação 2017-2018, presidida pela Sra. Vereadora Piedade Meneses. Na sequência da proposta apresentada pela Presidente da Comissão de Avaliação, a Sra. Vereadora Piedade Meneses, em reunião de Câmara realizada a 2 de junho de 2017, foram contratados serviços externos para a prestação de serviços específicos na área da avaliação de desempenho. O motivo invocado, de falta de pessoal, foi sanado através de um ajuste direto para aquisição de serviços de consultadoria na área dos recursos humanos, por falta de recursos próprios, à empresa Motriz – Consultadoria, com contrato assinado no dia 30 de junho de 2017, com o prazo de setecentos e vinte dias, e pelo valor de trinta e três mil e seiscentos euros (33.600€), valor que, acrescido de IVA, totaliza quarenta e um mil, trezentos e vinte e oito euros (41.328€).-----

Fazendo as contas, este contrato, com a duração de vinte e quatro meses, terminou a 20 de junho de 2019. E poderíamos pensar que a partir da data do término do contrato, o problema

de falta de pessoal pudesse levar a constrangimentos e atrasos nesta área. Nada disso, foi efetuado novo procedimento administrativo, agora por consulta prévia, e a 5 de julho de 2019, foi assinado o contrato com a empresa Neves do Amaral – Consultores, Unipessoal, para nova aquisição de serviços de consultadoria na área dos recursos humanos, pelo prazo de oitocentos e dez dias, e pelo valor de quarenta mil e quinhentos euros (40.500€), que acrescido de IVA, totaliza quarenta e nove mil, oitocentos e quinze euros (49.815€). -----

Fazendo novamente as contas, este contrato termina no fim deste mandato. O valor contratado é de noventa e um mil, cento e quarenta e três euros (91.143€). Meus senhores, tanto dinheiro para não haver resultados. Sim, para não haver resultados. Consultado o *site* do Município no período de 2017-18, só está publicada a ordem de serviço com a composição da Comissão de Avaliação. Isso quer dizer o quê? Que não houve avaliação? Então, contratam serviços, pagos a peso de ouro, e o trabalho não é feito? E foi pago? Volto a repetir o valor: noventa e um mil, cento e quarenta e três euros (91.143€). -----

Quando na reunião de 29 de junho de 2020, questionei o Sr. Presidente sobre o SIADAP, chamando a atenção de que a documentação não se encontrava publicada no *site* do Município, parece que toquei num ponto vulnerável, Sr. Presidente. Na reunião seguinte, a 25 de setembro de 2020...-----

-----**O Presidente da Mesa:** Sr. Deputado, desculpe, não vai estar a ler isso tudo. -----

-----**O Deputado José Aires:** Desculpe, mas esta parte é a mais importante. Convém esclarecer o assunto, porque veio chamar-me de mentiroso, e com o estribo do costume, que a política é uma coisa, e os técnicos são outra. -----

Entretanto, a 6 de julho de 2020, consultada a página do Município, até esse dia, não estava lá nada. Fiz uma impressão de ecrã para poder demonstrar o que estou a dizer, e que vou entregar na Mesa, para ser anexada à ata, para que não haja dúvidas, Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente da Mesa:** Sr. Deputado, queira concluir, se faz favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** E terminarei, estou já quase no final. -----

-----**O Presidente da Mesa:** Sr. Deputado, já ultrapassou largamente o seu tempo, não me obrigue a tirar-lhe a palavra. O Sr. Deputado está a querer subverter o Regimento. Sr. Deputado, não insista. O Sr. Deputado tem dez minutos, já passou largamente o tempo. O Sr. Deputado está aqui a subverter a minha decisão. Eu não agendei esse ponto. -----

-----**O Deputado José Aires:** Eu não estou a subverter nada, é um ponto que faz parte da atividade municipal, a avaliação. -----

-----**O Presidente da Mesa:** Sr. Deputado, tenha paciência, as regras são iguais para todos. Habitualmente, e já vamos em não sei quantas sessões, isto nunca aconteceu, as pessoas tiveram sempre tempo, mas as pessoas foram comedidas no uso do tempo. Agora, o Sr. Deputado está a querer usufruir de um direito que os outros deputados não têm. Portanto, faça favor de terminar, tem a segunda ronda. E este ponto, já lhe disse que será agendado para a próxima Assembleia. Agora, o senhor está a querer subverter o Regimento e a Ordem de Trabalhos. Eu disse-lhe claramente, e fundamentei a minha medida, não agendei este ponto porque achei que entrou fora de prazo, não respeitou os prazos, dos cinco dias. E o Sr. Deputado agora quer impor o assunto. -----

-----**O Deputado José Aires:** Sr. Presidente, eu peço imensa desculpa, e interpelo a Mesa nesse sentido, para fazer uma declaração em resposta à sua intervenção agora efetuada. Eu não quero subverter nada, ou seja, este ponto, eu queria que pudesse vir à parte, para os Srs. Deputados perceberem antecipadamente o assunto que eu vinha aqui falar, para eles poderem também estar preparados, para poderem intervir, é completamente diferente. Agora, isto enquadra-se, como eu disse inicialmente, no âmbito da atividade municipal. -----

-----**O Presidente da Mesa:** Mas, o Sr. Deputado tem dez minutos, já vai em doze, e tem uma segunda intervenção. -----

-----**O Deputado José Aires:** Há pouco, o Sr. Presidente fez a intervenção que fez, durante o tempo que quis, eu não o interpelei nesse sentido, nem ninguém nesta Assembleia. -----

-----**O Presidente da Mesa:** Está a questionar o tempo que eu uso? -----

-----**O Deputado José Aires:** Sr. Presidente, eu peço desculpa, porque o próprio Regimento que o senhor está a citar também diz que quando o senhor quer intervir sobre determinadas matérias, tem que se dirigir ao palanque, e não falar diretamente na Mesa, e no passado já o fez diretamente da Mesa. -----

Mas, eu conluo muito rapidamente, deixe-me só terminar aqui com mais duas questões. -----

-----**O Presidente da Mesa:** Sr. Deputado, desculpe lá, não continua. Tem uma segunda intervenção, tem um segundo período. -----

-----**O Deputado José Aires:** Pronto, Sr. Presidente, fica registada em ata a sua atitude. -----

-----**O Presidente da Mesa:** Tem a segunda intervenção. O senhor passou claramente o período dos dez minutos. -----

Eu, há pouco, estava a falar da correspondência, e falei alguns minutos, mais nada. -----

Sr. Deputado António Júlio Andrade, faça favor. -----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Ora, muito bons dias a todos. Eu vou ser muito breve, podia dar-lhe o meu tempo. -----

Desejo apresentar um voto de pesar pela morte do Sr. Martins, pelo facto de ter sido membro da primeira Câmara Municipal eleita a seguir ao 25 de abril, da qual eu fiz parte também. -----

Quero dar os parabéns à Câmara, porque, finalmente, parece ter iniciado uma operação de despoluição visual da vila – de que eu falei muitas vezes – ao tirar os caixotes que havia por aí espalhados, de estacionamento pago. -----

E queria deixar uma pergunta ao Sr. Presidente da Câmara: hoje, que vem a bazuca, e falam tanto na bazuca, era perguntar-lhe como é que estava a questão do IP2, para ver se, finalmente, nós tínhamos o IP2 no Concelho de Moncorvo construído, ou se vamos continuar à espera mais um século. -----

E mais nada. -----

-----**O Presidente da Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. -----

Dizer duas ou três coisas. Primeiro, relativamente à tomada de posse, efetivamente há um lapso, e eu não tenho problemas nenhuns em assumir o lapso. Devia ter tomado posse, não tomou, é um lapso que é da responsabilidade do Presidente da Assembleia Municipal. Peço-lhe desculpa por esse lapso, aconteceu, espero que não volte a acontecer. -----

Quanto ao período de intervenção, é o Regimento que está aprovado – quando quiserem, mudem-no – estão dez minutos para a primeira intervenção. O Sr. Deputado já ia em doze minutos. -----

Quanto ao que o Sr. António Júlio está a dizer, transferir tempo, também podem pôr no Regimento. Ponto final. -----

Quanto às minhas intervenções, eu acho que das minhas intervenções, não se justifica em nenhuma eu ir ao palanque. Houve só uma única vez que eu falei, a propósito do Agrupamento de Escolas, quando alguém levantou a questão. Foi a única vez, e pedi desculpa da situação.---

Mas, se isso levanta tanta pertinência, eu vou ao palanque. -----

Estamos quase no final do mandato, penso que foi a primeira vez que eu cortei a palavra a um deputado, porque o Sr. Deputado já ia em doze minutos, e preparava-se para continuar a ler. E

h. A
Pedro

na minha interpretação – e como lhe digo, é a minha, enquanto Presidente – o senhor está a querer subverter aquilo que eu não agendei. Eu já lhe expliquei que não agendei porque não foram respeitados os cinco dias. É uma interpretação, é um despacho, e está fundamentado; o senhor concorda, ou não concorda. Agora, se o senhor diz “não foi agendado o tema, mas eu tenho dez minutos (ou vinte, ou trinta, o tempo que quiser), e vou pôr o tema em cima da mesa”, nos dez minutos, e nos cinco, a seguir, pode pôr o tema que quiser, que fique claro. E mais, no despacho que está aí, se o Sr. Deputado concordar – e aliás, já tínhamos falado – o tema seria agendado para a Assembleia Municipal de abril, é daqui a um mês e tal. Está aí no despacho. O que eu estou a dizer está aí no despacho. -----

Portanto, não estou aqui a cortar a palavra a ninguém, nem a fazer censura a ninguém. Peço desculpa, mas a situação é assim.-----

Eu daria a palavra ao Sr. Presidente, para responder às questões que foram levantadas. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Agradecer as perguntas que foram feitas ao Executivo. -----

E começando pelas perguntas do Sr. Deputado António Júlio Andrade, eu, hoje, se não estivesse aqui, estaria num debate na Rádio Brigantia, na qual ontem tiveram oportunidade de gravar as minhas declarações, porque não poderia estar presente em direto, e onde falei exatamente dessa bazuca. E se tivermos em conta o período de tempo, podemos analisar desta forma o que foi proposto: a CIMDouro apresenta o Plano Estratégico 2030 ao Governo em 2017. No mesmo ano, e no ano subsequente, apresenta à Assembleia da República e apresenta ao Comité das Regiões, em Bruxelas, e basicamente, os projetos – eram bastantes, obviamente, mas estavam elencados em três grandes áreas, e três grandes projetos: o primeiro, a Linha do Douro, queríamos a eletrificação até Barca d’Alva e a ligação a Salamanca, sendo certo que na Cimeira Ibérica, esse assunto foi tratado entre o Governo de Portugal e o Governo de Espanha. -----

Tínhamos o Inland Waterway, que já estamos na terceira fase, duas das quais já foram subsidiadas, digamos assim, pelos fundos europeus; a terceira fase tem a ver com a navegabilidade noturna, onde está também inscrito o problema do minério de ferro. Este Inland Waterway, numa sessão pública na Régua, com a então Ministra do Mar, Ana Vitorino, veio dizer que se não viesse por parte de Bruxelas, seria assumido pelo Orçamento de Estado. Entretanto, a Sra. Ministra sai de Ministra do Mar, e no Orçamento de Estado não veio nada. Mas, a candidatura foi feita a Bruxelas, foi uma garantia com a APDL. -----

Depois, tínhamos o IC26, que serviria para desencravar desde Amarante até S. João da Pesqueira, era também uma das vertentes deste plano estratégico que foi apresentado em 2017 – ainda não se falava desta bazuca – e havia, depois, um complemento, que era o IP2, do Pocinho até à Junqueira, digamos assim, basicamente para fazer a ligação. -----

Tudo isso está nesse plano estratégico, e eu ontem dizia para a Rádio Brigantia que, infelizmente, esta bazuca, ou melhor, este Plano de Recuperação e Resiliência, é uma autêntica ilusão e é uma mentira. É uma ilusão e uma mentira porque não traz nenhum destes pontos – e estou a falar para a CIM Douro, em concreto, e para o Concelho de Moncorvo – não traz nenhum destes pontos lá, dos Municípios fala duas vezes, fala quarenta e muitas vezes do Estado, fala quarenta e seis vezes da região autónoma da Madeira, vinte e seis vezes da região autónoma dos Açores, fala duas vezes das CIM's, e fala uma vez de Municípios, em todo aquele documento.-----

Mas, pior, quando metem a ferrovia no mesmo molho, vemos que mil, duzentos e trinta e seis milhões (1.236.000.000€) são alocados à ferrovia. Mas, que ferrovia? O Metro de Lisboa, Porto, e uma nova linha até Loures. -----

Portanto, quando um Primeiro Ministro diz que tem que ser paga nesta circunstância a dívida que Portugal tem para com o interior, e que foi de uma grande auscultação que saiu este documento, pois bem, nós nunca fomos auscultados, tínhamos o trabalho feito desde 2017, e nenhum dos projetos consta neste Plano de Recuperação e Resiliência. Cada vez mais, é um plano centralizador, e um plano cada vez mais virado para o litoral. E percebe-se por quê, os Srs. Deputados certamente já viram que se pegarmos no número de deputados de Viana do Castelo até à Península de Setúbal, dá quase para fazer uma revisão constitucional, só os que são eleitos por essa faixa litoral. E isto é que é preocupante para territórios que estão demograficamente sensíveis. Eu tive oportunidade de dizer isso, e disse mais: disse que para além do IP2 e da concretização, havia um plano que foi entregue, com projeto, para o Sr. Ministro das Infraestruturas, para lançar esse concurso, que é a Ponte da Foz do Sabor, porque a Ponte da Foz do Sabor está intimamente ligada ao acesso ao Concelho de Torre de Moncorvo, através do IP2, e foi a Câmara que também o entregou. -----

Eu espero sinceramente que este seja mesmo o plano para pagar a dívida que Portugal tem com o interior, mas duvido muito, e acho que este plano é uma ilusão que nos querem vender, e mantemos o duplo desperdício. Todas as obras que estão previstas para o litoral são obras necessárias, não tenho a menor dúvida, são necessárias novas linhas de metro, novas composições ferroviárias, mais linhas, mas temos lá helicópteros, temos lá projetos ecológicos, temos lá tudo, tudo virado para lá, mas quando forem concretizadas as obras, já milhares de pessoas saíram deste interior, e já estão no litoral, e quando as obras tiverem capacidade para serem usufruídas, já não são as suficientes para a população que já se deslocou para esses locais. E por isso eu digo, e tenho dito consecutivamente, que esta política dos diversos Governos tem levado a um duplo desperdício no investimento que é feito no litoral. -----

E também disse – e deve estar a passar hoje na rádio – que havia uma situação que era preocupante para nós: efetivamente, no Plano de Resiliência diz que a Linha do Douro está

prevista, mas está prevista enquanto estudo. Nós não queremos enquanto estudo, nem queremos que acabe a eletrificação na Régua; que possa ser por fases, mas a eletrificação não pode acabar na Régua, tem que acabar no Pocinho, se quiserem fazer a primeira fase, e depois fazer a segunda fase até Barca d'Alva, e depois fazer até Espanha. Mas, não pode ser concretização de projetos no litoral e estudos e intenções no interior. Eu próprio disse isso, não nos interessa a nós ter Secretarias de Estado no interior, se essas Secretarias de Estado não têm poder, e nem têm capacidade de reivindicação para as suas populações. -----

Portanto, eu espero também, Sr. Deputado, que seja agora, é este o tempo, porque eu temo que esta seja a última grande oportunidade do país – nem é do interior, é do país. -----

Sr. Deputado Luís, obviamente que quando foi proposto que a Câmara isentasse o pagamento das concessões, das taxas, e o apoio nas rendas das casas, deixou logo a hipótese de, depois de junho, verificar como é que estava a correr a pandemia, e se tínhamos possibilidade, ou não, de manter estes apoios. Eu respondo logo, quando interpelou se podia ser já aqui, não pode, porque é competência da Câmara. Tem uma deliberação até junho, depois há de vir cá, se assim o entendermos. -----

Os levantamentos topográficos que aqui vêm, obviamente que este relatório é assinado por mim, mas as obras vêm também da Divisão Técnica, como é óbvio, e a maior parte dos levantamentos topográficos são aqueles que são feitos a pedido, muitas vezes, ou de Juntas de Freguesia, ou até para diversos locais onde se tem intenção de implementar determinada obra. São esses que estão, e imagino que devem ser muitas, porque os topógrafos estão sempre todos os dias, e os Srs. Presidentes de Junta estão aqui e sabem que sempre que é necessário, são os topógrafos da Câmara que vão fazer os levantamentos. -----

WC's públicos: bem, aqui temos os dois problemas, os WC's públicos eram política que veio definida em Orçamento Municipal, que foi votado por todos nós. Uma das realidades era esta, era conseguir o que o Sr. Deputado depois falou, que era as pessoas não terem de andar de esquina em esquina, e terem WC's públicos devidamente controlados. É o que acontece também na sede do concelho: há um WC público aberto, mas só a pedido da chave – ou seja, têm que abrir, com o pedido da chave, vê-se quem foi a pessoa que utilizou, e depois limpa-se, e volta a entregar a chave. No fundo, esta é a ideia que se quer para a saúde pública, é aí que estamos a trabalhar. -----

Sr. Prof. Fausto, ajuda no comércio local: efetivamente, era até 31, mas não sei se reparou que havia no regulamento um artigo que dizia “para o comércio aderente”. E depois, a Câmara Municipal colocou a possibilidade de ser, para além do comércio aderente – ou seja, dos comerciantes aderentes – que qualquer fatura que fosse apresentada, de compras no comércio local, mesmo de comerciantes não aderentes, poderia ser trocada. Por isso, houve uma alteração do voucher que já está feito, onde está essa menção também, que mesmo o comerciante não

tendo aderido, mas a pessoa tendo a fatura, pode ir trocar pelo voucher. Serão entregues, como foi dito aqui, na próxima semana. Teve a ver com isso, e com essa amplitude, que era maior. --- Normalmente, no início dos anos letivos, citamos sempre um grande professor: “Uns são, outros foram, outros nem foram, nem são.” E cita-se sempre “o homem sonha, a obra nasce”. Mas, Sr. Deputado, quando o senhor me fala de irresponsabilidade, e me chama irresponsável, ou insinua – mas, se insinuar também não há problema – aliás, quando o senhor fala, e terá que me dar essa razão, eu tenho o cuidado de olhar olhos nos olhos para si, tenho esse cuidado. Não tenho problemas nenhuns, olho mesmo nos olhos. Eu ouço, como o senhor me ouve a mim também. Mas, às vezes ouve mal; ou não está nas reuniões, ou ouve mal – também pode acontecer. Quando saiu o anúncio da ponte, o Sr. Deputado, que diz que fui eu que anunciei, devia ter visto que não fui eu que anunciei; disse que estava previsto para Torre de Moncorvo. Essa era a primeira. E depois, na segunda vez que me perguntaram, é que eu disse que havia um anteprojecto, e existe. Quando o senhor diz que não falamos com entidades, sabe, o que eu tenho agora pena é que a pessoa que incluiu, e que o senhor devia ter tido atenção a isso, porque é na sua freguesia, naquela que já representou como Presidente de Junta, está incluída no Parque do Coa uma parte deste projecto, no que diz respeito a Peredo e Urros. Isso é que o senhor devia ter visto. Pena é que o Diretor do Parque do Coa já tenha falecido, de uma forma tão precoce, porque foi a primeira pessoa com quem falámos, e fomos lá, e tivemos o apoio dele.----- Olhe, mais outra coisa, já que quer uma inconfidência, está aqui um Sr. Presidente de Junta, que a primeira vez que falei com o Presidente da Câmara de Vila Nova de Foz Coa sobre isto, foi num restaurante aqui do concelho, mais propriamente nas Cabanas. Pode também utilizar isso, e pergunte lá às suas informações, ou aproveite a Barca, ou o Caminho dos Almocreves, ou aproveite o que quiser, e vá lá perguntar-lhe. ----- Agora, estamos a falar de pré-projecto, eu disse-lhe aqui, e até lhe disse mais outra coisa: quando o senhor disse dos sonhos, e daquelas coisas, eu até lhe disse que saíram de duas pessoas do Peredo, até ligadas ao Partido Socialistas. Também não ouviu isso. ----- Portanto, o que eu lhe digo é que com essa irresponsabilidade, posso eu bem. Sabe por quê? Porque é um pré-projecto. Com essa irresponsabilidade posso eu bem, porque as coisas têm que ser pensadas, e têm que ser feitas, e ter uma linha condutora. Eu já ouvi nesta Assembleia hoje – e não me vou pronunciar – esta citação: “Tanto dinheiro, para não haver resultados.” Isso, eu percebi que de onde vem, é três a zero, ou dois a um, ou dois a dois. E eu, nessa linguagem, não entro. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente da Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Antes de dar a palavra aos Srs. Deputados que quiserem intervir para a segunda ronda, queria perguntar ao Sr. Deputado António Júlio, porque fez referência ao Sr. Martins, se vai apresentar por escrito. O senhor falou do Sr. Martins, que faleceu, presumo que seja o Sr. Martins da espingardaria. Eu acho que tinha ouvido bem. Portanto, o Sr. António Júlio falou do falecimento recente do Sr. Martins, que eu associei imediatamente ao Sr. Martins da espingardaria. A minha questão é clara, Sr. Deputado, é se votamos verbalmente. Eu acho que é de justiça também enaltecer todos aqueles que contribuíram para a construção da democracia no concelho, e o Sr. Martins foi vereador. -----

Então, eu proponha à votação um voto de reconhecimento, ou uma moção de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido também em prol do concelho pelo Sr. António Adelino Martins, da espingardaria – acho que toda a gente conhece. -----

---DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou **por unanimidade, aprovar um voto de pesar, em memória do Sr. António Adelino Martins.** -----

E então, segundo a proposta do Sr. Presidente da Junta da Lousa, iríamos também guardar um minuto de silêncio em honra do Sr. António Adelino Martins, que foi Vereador da Câmara Municipal. -----

Minuto de Silêncio-----

-----**O Presidente da Mesa:** Estava a dizer aos serviços administrativos para informar e comunicar às duas famílias a aprovação destes dois votos. -----

E pediria aos Srs. Deputados que querem intervir no segundo período, relativamente ao Ponto n.º 1, que façam o favor de se inscrever. -----

Sr. Deputado Fausto, faça favor. -----

-----**O Deputado Fausto Tiago:** O Sr. Presidente acabou bem a intervenção, a dizer que devemos pensar bem nos assuntos, estudá-los, e depois anunciá-los e executá-los. Não foi o que aconteceu no caso da ponte que o senhor anunciou para o Peredo. O senhor anunciou uma coisa no ar, sem estudos, sem projetos, sem falar absolutamente com ninguém. Sobre isso, estamos todos entendidos, foi assim que aconteceu. Não sei qual foi a razão, o senhor ainda não explicou também. -----

Outra questão: o senhor, de vez em quando, tem o hábito de dar bicadas sobre alguns dos deputados, relativamente à sua vida particular, aquilo que foram, e aquilo que são, e aquilo que deixaram de ser, e aquilo que não foram, e aquilo que quiseram ser, etc. O senhor, sobre isso, não tem nada a ver. Aquilo que nós somos lá fora é uma coisa. Isso já aconteceu hoje relativamente a mim, aconteceu já várias vezes em relação ao deputado José Aires, em que foi buscar questões do PS, anteriores, quando ele ainda nem era deputado, provavelmente ele ainda era uma criança, quer do pai, quer da mãe, quer de atos dessa natureza. A vida privada de cada um é lá fora, fica lá fora, o senhor não tem nada que usar esses argumentos aqui, porque o senhor será o mais prejudicado se quiser trazer essa discussão para aqui, porque nós não vamos buscar – nunca a mim, nem ao deputado José Aires, ouviu falar de questões pessoais, relativamente a si, ou à sua família, ou seja a quem for, nunca. Agora, o senhor já deu bicadas aqui – ainda hoje, aqui, quando acabou de falar, deu, nesta intervenção que o senhor teve, deu. Muito subtil, mas deu. E sabe que eu percebi que deu, e não deve, porque se formos por questões pessoais, quem está no poder, quem é poder executivo, tem mais dificuldade em, depois, sustentar aqui determinadas situações. -----

Portanto, o Sr. Presidente deve abster-se, já não é a primeira vez que relativamente ao deputado José Aires vai buscar o pai e a mãe, e as atitudes que eles tiveram enquanto foram, quer Presidente de Câmara, quer Vice-presidente, quer a mãe, como funcionária da Câmara. Acho que essa questão deve ficar completamente esclarecida, e nunca a mim me ouviu invocar qualquer questão pessoal, quer relativamente a si, quer relativamente aos seus familiares. Cada um é o que é lá fora; aqui dentro somos deputados, e respondemos pelos nossos atos. -----
E relativamente à minha atividade como deputado, não tenho telhados de vidro. Não tenho telhados de vidro. -----

E já agora, vou falar, porque o senhor, já relativamente à estrada Peredo – Pocinho, já uma vez disse, numa Assembleia, que eu sabia mais do que aquilo que dizia. E eu, desde essa altura, tenho andado a pensar naquilo que eu saberei, e que não disse. Mas, tudo aquilo que eu sei foi aquilo que disse, relativamente à estrada Peredo – Pocinho. Mas, se o senhor tem mais alguma coisa, diga-o aqui e agora, à vontade, aqui e agora, porque eu não tenho telhados de vidro. Como deputado, não tenho telhados de vidro. Na minha vida particular, se os tenho, ou não, isso é comigo. -----

Eu penso que para o Sr. Presidente é de toda a conveniência que não invoque questões pessoais aqui na Assembleia. -----

Outra questão, e agora vindo às questões terrenas, e às questões que, de facto, importam aqui: eu tive conhecimento que na Freguesia de Urros, o tratamento das águas residuais – e esta é uma questão que o senhor tem trazido a todas as Assembleias Municipais; se nós formos ver a atividade escrita da Câmara Municipal, verificamos que em todos os documentos há referências

a tratamento de águas residuais. Ora, parece que na Freguesia de Urros há uma parte do esgoto – porque em Urros, há uma parte que corre para sudoeste, vai para a zona do Ribeiro de Urros, e há outra parte que vem para norte, noroeste. Parece que essa parte que vem para noroeste corre a céu aberto. Será verdade? A informação que tenho é de pessoas que vivem lá. Agora, eu também não fui lá ver, nem tenho absoluta certeza de que isso seja assim, mas se é assim, há ali uma falha muito grave, porque em parte da Freguesia de Urros – penso que, se calhar, até uma grande parte – as águas residuais correm para noroeste, a parte que está a correr a céu aberto e que não está tratada. Eu não tenho a certeza daquilo que estou a dizer, mas foi a informação que me deram, de pessoas que vivem lá, e que corre a céu aberto. -----

-----**O Presidente da Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado Fausto. Tem a palavra o Sr. Deputado José Aires. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Desta vez vou direto ao assunto, para não perder tempo, concluindo aqui a minha intervenção, que estava a fazer anteriormente.- Entretanto, a 6 de julho de 2020, consultada a página do Município, até esse dia não estava lá nada. Fiz uma impressão do ecrã para poder demonstrar o que estou a dizer, e que vou entregar à Mesa, para ser anexada à ata, para não haver dúvidas. -----

Finalmente, a 10 de julho de 2020, a documentação postada no *site* do Município dizia respeito ao biénio 2019-20, e para grande surpresa, vi que o Sr. Presidente passou a presidir ao Conselho Coordenador de Avaliação deste novo biénio. E a documentação relativa ao biénio 2017-2018 desapareceu, num daqueles apagões do sistema informático, que às vezes até dão jeito. Eu sei que depois daquela reunião de 29 de junho, estiveram a trabalhar arduamente, a fim de inserir a documentação no *site*, e para o Sr. Presidente poder vir aqui, na reunião de 25 de setembro, ofender-me deliberadamente. Mas, as pressas não são boas conselheiras, e o que vemos é “gato escondido com o rabo de fora”. -----

Eu vou passar a explicar: a Comissão de Avaliação para o biénio 2017-18, presidida pela Sra. Vereadora, ainda estava em funções, uma vez que não foi dado conhecimento da sua alteração, e culminaria a sua função com a conclusão do processo avaliativo, no início de 2019. Pelos vistos, não fez nada, e o Sr. Presidente viu-se obrigado a tomar conta da situação. Então, agora, o Conselho Coordenador de Avaliação tem dois Presidentes? É que no *site* do Município, a Sra. Vereadora Piedade Meneses aparece com a competência de Presidente do Conselho Coordenador de Avaliação. Ou será que há engano, e quer dizer “incompetência”? -----

Desta vez, a prática seguida foi diferente. Ficámos a saber, através da Ata n.º 1, supostamente realizada no dia 18 de setembro de 2018, qual a constituição do novo Conselho Coordenador de Avaliação, os três elementos do Executivo e os três dirigentes dos serviços – ou seja, três

políticos e três técnicos. A listagem de avaliadores que consta do Anexo II da ata de 18 de dezembro tem a data de 28 de dezembro de 2018. A reunião demorou dez dias? E no Ponto n.º 3 da ata de 18 de dezembro de 2018 é referido que o agora Conselho Coordenador de Avaliação deliberou agendar uma reunião para a última semana de janeiro de 2019, destinada à harmonização das propostas de avaliação do biénio 2017-2018. E onde está essa ata? Não consta da página eletrónica do Município. Volto a perguntar o que se passou com o SIADAP de 2017-2018? -----

E a roda do tempo continuou a girar. Passaram oito anos, e entramos em novo ciclo avaliativo, biénio 2021-2022; e onde está a documentação relativa ao SIADAP de 2021-2022? Na página eletrónica do Município não está. E o mentiroso sou eu? -----

Sr. Presidente, volto a chamar à atenção de V. Exa. e aos deputados da Assembleia Municipal, que estão aqui para avaliar e fiscalizar a atuação do Executivo Municipal, que respeitosamente deve prestar os esclarecimentos solicitados. -----

-----**O Presidente da Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente da Câmara, faça favor. ---

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Deputado Fausto, estamos a tentar ver, para ver se ainda lhe conseguíamos responder, mas a questão é com a ADIN. Neste momento, é com a ADIN, e estamos a tentar ver se nos respondem, ou pelo menos para mandar lá uma fiscalização, para nos explicarem. E se chegar até ao final da reunião, e com a permissão da Mesa, diremos o que se passa. Nós não temos, neste momento, informação disso, nem nos chegou aos serviços informação disso. -----

Sr. Deputado, com tanta Legislação à qual apela, eu apelo para que compreenda que cumprindo o que o Sr. Presidente da Assembleia disse, lhe responderei quando o ponto estiver agendado, e responderei ponto a ponto, de tudo o que tiver. E quando me diz que eu fiquei incomodado, não fico nada incomodado; aliás, como pode ver, eu respondo às coisas aqui, e tiro as notas. Não fique também o Sr. Deputado nervoso ao ler aquilo que escreve, ou que lhe escrevem. Lá lhe responderei na altura certa. -----

A Sra. Vereadora quer só dar aqui uma palavra. -----

-----**A Vereadora Maria da Piedade Meneses:** Bom dia a todos. -----

Eu gostaria apenas de referir que na próxima reunião, nós traremos informação e os esclarecimentos relativos a todas estas situações. -----

Mas, gostaria também de dizer que este Executivo entrou em funções em outubro de 2013, e que não havia, em termos avaliativos, nem SIADAP 1, nem SIADAP 2, nem a definição dos objetivos estratégicos para os funcionários em SIADAP 3. E por isso, fomos confrontados com

uma situação em que não tínhamos os elementos necessários previstos na Legislação em vigor para podermos fazer a avaliação dos trabalhadores. E nessas circunstâncias, tivemos que recorrer ao único sistema que poderíamos manter com algum enquadramento legal, que foi “puxar” – entre aspas – as notas relativas à avaliação de 2012, porque, Sr. Deputado, para se fazer o SIADAP 3, da avaliação dos trabalhadores, é necessário que haja instrumentos anteriores definidos e aprovados em reunião de Câmara, que não foram feitos até dezembro de 2012. E se o senhor conseguir provar que esses elementos existiram em 2012, então aí poderemos discutir o que é que se passou. Até lá, não faça juízos de valor de coisas que desconhece, porque a Legislação, infelizmente, do SIADAP e do enquadramento legal é muito mais complexa do que aquilo que parece. Para a definição de cada biénio, é necessário que no ano anterior tenham sido definidas essas questões do SIADAP 1 e 2, e aprovados os objetivos estratégicos para cada trabalhador até fevereiro do ano seguinte. E depois, a avaliação só é feita em fevereiro, no fim do ano seguinte ao biénio respetivo. -----

Por isso, vamos falar concretamente. Eu comprometo-me a trazer a pessoa responsável pelo setor de avaliação, e vamos esclarecer todas as questões relacionadas com a questão da avaliação, e assumiremos, com certeza, as responsabilidades de algum erro que foi processado durante o processo, mas também de algumas coisas que não estão corretas. -----

Por isso, admito que no ano de 2015 e 2016 possa ter havido aqui alguma deficiência da nossa parte, por enquadramento dos objetivos; agora, certamente que em 2013 e 2014 não, nem nos anos seguintes. E acho muito estranho o senhor estar a falar nessa situação sem auscultar os trabalhadores da casa. Já que é deputado municipal, e que preza tanto o bom serviço municipal, então faça o favor de ver quantas pessoas pediram ponderação curricular durante estes anos, e quantas pessoas fizeram reclamações, porque se o sistema está a funcionar mal, este sistema não serve só a parte política; serve sobretudo o bem-estar dos trabalhadores. Para quê? Para eles poderem progredir nas carreiras, poderem ser melhor remunerados, poderem concorrer, poderem fazer mobilidades, e estarem em condições de bom serviço. Não é só falar e dizer que não se fez, é preciso também assegurar que os trabalhadores tenham as condições mínimas para poderem progredir nas carreiras, porque o objetivo do SIADAP não é, com certeza, ter papéis preenchidos; é sobretudo que os funcionários tenham melhores condições de trabalho, tenham formação profissional – quem me dera a mim poder dar-lhes mais, e garantir isso através do Município. Mas, com certeza, em última instância é sempre o bem-estar e a melhoria das condições de trabalho do trabalhador, não é uma questão política só. -----

-----**O Presidente da Mesa:** Obrigado, Sra. Vereadora. -----
Passamos, então, ao Ponto n.º 2, Gesturdouro – Gestão de Empreendimentos Hoteleiros do Douro Superior, Lda.-----

PONTO 2 — GESTURDOURO – GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS DO DOURO SUPERIOR, LDA. -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **Luís Dias** (Coligação PSD/CDS), **José Aires** (PS), **João Leonardo** (Coligação PSD/CDS), **António Júlio Andrade** (PS) e **Fausto Tiago** (PS).

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara, faça favor. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, a situação que trazemos aqui já tinha sido aprovada por este órgão, pela Assembleia Municipal, se se concretizasse uma venda, ou uma possível venda, até 31 de julho de 2020. Essa situação não se concretizou, está agora prestes a concretizar-se, mas para o Presidente da Câmara poder representar a Câmara e proceder à escritura pública, terá, obviamente, de haver o acordo e a votação positiva, quer do órgão executivo, quer do órgão deliberativo. Já houve do Executivo, trazemos agora ao órgão deliberativo, para que permita e confira ao Presidente da Câmara os poderes necessários para negociar a alienação e outorgar o que for necessário, nomeadamente a escritura pública. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Estão abertas as inscrições para o uso da palavra dos Srs. Deputados. -----

Sr. Deputado Luís Dias. -----

-----**O Deputado Luís Dias:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

É só para dizer, como já da última vez que veio o mesmo ponto à discussão, declarar o conflito de interesses, não poderei votar. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado José Aires, faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Só para concluir, agradecer a explicação que a Sra. Vereadora prestou. A minha intervenção anterior resume-se da seguinte maneira: de 2013 a 2016, o Executivo do Partido Socialista continuou a classificar, no biénio de 2017-2018, nada, no biénio 2019-2020, a documentação só foi publicada passado mais de ano e meio, em julho de 2020, a cinco meses do fim do biénio, vamos continuar a acompanhar. E no biénio 2021-2022, nada. Pegando no refrão, a política é uma coisa, os técnicos são outra, e em 2017, ano de eleições autárquicas, os ouvidores do reino devem ter feito chegar ao conhecimento dos políticos algum descontentamento manifestado

pelos funcionários, que viam goradas as suas expetativas de valorização e progressão na carreira. E aqui, a política entra em ação. -----

Para apaziguar os ânimos e afagar alguns egos, o deputado José Carlos Meneses, na última reunião da Assembleia Municipal do mandato 2013-2017, diz e passo a citar: “Em meu nome pessoal e da Bancada da Coligação, o CDS-PP/PSD presto um voto de louvor pelo desempenho profissional, como desenvolvem as suas funções, como funcionários desta prestigiada instituição, e que a Mesa da Assembleia faça chegar o documento a todos os funcionários” – ata de 11 de setembro de 2017. O que é que isto significa: “Voto de louvor pelo desempenho profissional, como desenvolvem as suas funções, como funcionários”? Compreende-se. Estamos a falar de um universo de cerca de cento e quarenta (140) trabalhadores, aos quais, se adicionarmos os familiares mais diretos, numa autarquia desta dimensão, certamente se podem decidir resultados. E isto resulta em quê para os funcionários? Uma fotocópia para guardar e mostrar aos netos? -----

O júri dos dois concursos para dirigentes intermédios de 3.º grau, composto pelos três Chefes de Divisão do Município, e que integram o Conselho Coordenador de Avaliação, definiram na Ata n.º 1 que o fator C utilizado na fórmula refere-se à abordagem ao SIADAP para que a avaliação seja o menos subjetiva possível. Conclui o júri, *ipsis verbis*, que ambos os candidatos demonstraram possuir um conhecimento profundo do SIADAP (Atas n.º 5 e 8). -----

Tendo em conta o fraco desempenho patente na aplicação do SIADAP no Município, ao longo dos últimos oito anos, é legítimo questionar as suas competências nesta matéria, e como chegaram a tão brilhante conclusão. Terminando, ou estarão os técnicos dirigentes a ser condicionados pelo poder político? -----

Quando o Sr. Presidente falou, eu não interrompi. Eu sei que o Sr. Presidente parte para o insulto e para a ofensa quando não se sente à vontade com os temas. Primeiro chumbou-me, quando se tratou da contratação pública, e agora chamou-me mentiroso, sem ética e sem moral, quando o questionei sobre o SIADAP no biénio 2019-2020. Sr. Presidente, eu entendo que não tem de dominar todas as matérias, e por isso mesmo delegou as competências em quem entendeu que melhor desempenharia as funções, neste caso a Sra. Vereadora Piedade Meneses. É preocupante ver tanta incompetência, desmazelo e falta de respeito para com os funcionários deste Município, por parte deste Executivo. -----

Sr. Presidente, onde se encontram publicados os resultados globais da aplicação do SIADAP, com o número de menções qualitativas atribuídas por carreira nos vários biénios de 2013 a 2020? Onde se encontra publicada a constituição das comissões paritárias e os procedimentos que levaram à avaliação dos trabalhadores? Por que razão os princípios da avaliação de desempenho, nomeadamente o da transparência e imparcialidade, assentando em critérios

objetivos, regras claras e amplamente divulgadas, não estão, nem têm vindo a ser cumpridos por parte deste Executivo? -----

Sim, Sr. Presidente, a Lei assim o determina (art.º 90.º do Anexo à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, de 20 de junho de 2014). Pelo contrário, o que se vê é uma grande opacidade, desrespeito e incumprimento sistemático da Lei. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado, devia cumprir o art.º 25.º do Regulamento, que diz “para a discussão de cada ponto da ordem do dia”. Eu acho que o Sr. Deputado está a faltar ao respeito à Assembleia, está a subverter a ordem de trabalhos, porque o Regimento é claro, para a discussão de cada ponto da ordem do dia há um período inicial em que cada membro inscrito pode intervir e dispor de dez minutos, e depois mais cinco minutos. Este ponto é sobre outro tema, e o Sr. Deputado está a trazer o mesmo tema. Quer dizer, acha correto? Acha correto? Sr. Deputado, se o Regimento que está em vigor é este, diz que é para cada ponto, o senhor está a falar de uma coisa que não tem nada a ver com o ponto. -----

-----**O Deputado José Aires:** Peço desculpa, era no seguimento da intervenção, dos esclarecimentos que foram prestados. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado, eu já lhe disse os motivos pelos quais o ponto não foi agendado para esta reunião, já lhe disse que será na próxima reunião. O Sr. Deputado continua a insistir em falar neste ponto, eu acho que é uma falta de respeito à Assembleia, e está claramente a violar o próprio Regimento da Assembleia. -----

-----**O Deputado José Aires:** Sr. Presidente, não me vou alongar mais sobre este ponto, peço desculpa. -----

Termino só desafiando o Sr. Presidente do Município a retratar-se das ofensas contra mim proferidas, e que constam da ata da reunião de 25 de setembro de 2020 desta própria Assembleia, sob pena, se não o fizer, de me sentir obrigado a enviar toda a documentação para as entidades competentes. E terminei. -----

Relativamente ao ponto em questão, Gesturdouro, vou só fazer aqui duas questões. O capital social corresponde ao dinheiro ou bens com que o sócio ou sócios contribuíram para abrir uma empresa. O capital social de uma empresa é o valor de entrada desembolsado pelo sócio acionista da empresa para o início da atividade. Empresário em nome individual é a forma jurídica mais simples de constituição de uma empresa, não sendo necessário um montante para capital social, está direcionada para pequenos negócios, com investimento reduzido e de baixo risco, no setor comercial, industrial, agrícola ou de serviços. Ao criar este tipo de empresa, terá que se

ter em conta: o património pessoal e do negócio funde-se – ou seja, o empresário é responsável pelas dívidas da empresa através dos seus bens pessoais. -----

Face ao exposto, gostaria de colocar as seguintes questões: a tomada das responsabilidades da Gesturdouro, um milhão e cem mil euros (1.100.000€) de dívida à banca pela referida empresa, diz respeito à quota do Município, os vinte mil euros (20.000€), ou à totalidade das quotas dos restantes acionistas? Quem é o único sócio da empresa Neurónio Honesto – Unipessoal, Lda.? Com o capital social de cem euros (100€), tem arcaboço financeiro ou possui bens suficientes para responder pelo negócio? Qual a posição da entidade bancária face à cedência dos créditos a terceiros? -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado João Leonardo. -----

-----**O Deputado João Leonardo:** O Grupo Parlamentar do PSD congratula-se que finalmente seja feita a alienação da quota que o Município tem na Sociedade Gesturdouro, em virtude do assumir de todas as responsabilidades financeiras pela empresa Neurónio Honesto – Unipessoal, Lda.-----

No entanto, não podemos esquecer o quão desastroso foi este negócio para o Município e para os municípios. O Executivo anterior investiu numa sociedade que deixou património em pior estado, ou mesmo em ruínas, com cerca de um milhão e duzentos mil euros (1.200.000€) em dívida. É mais um bom exemplo dos negócios e parcerias público-privadas existentes por este país, pelos Executivos Socialistas. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

O capital em dívida – e nós pensávamos que era explícito – como o Sr. Deputado diz, a referida empresa encontra-se sem qualquer atividade, tendo um passivo financeiro de cerca de um milhão, cento e oitenta mil euros (1.180.000€), a referida empresa Gesturdouro. Portanto, se é a empresa, é repartido por todos os sócios. Se o Município tem vinte por cento (20%), é fazer a conta, como dizia o Eng.º António Guterres. Ou seja, o Município, neste momento, tem uma dívida de duzentos e trinta e seis mil euros (236.000€), à data de 5 de janeiro. E depois, faz isto repartidamente, por cada um dos sócios, sendo que alguns têm vinte (20%), outros têm dezoito (18%), outros têm dez (10%). É fazer essa conta. -----

Neste caso, a dívida total da empresa é, à data do dia 5 de janeiro – porque não foi feito mais nenhum pagamento, obviamente os juros estão sempre a contar – a dívida da empresa era um

milhão, cento e oitenta mil (1.180.000€); fazendo as contas dos vinte por cento (20%) que tem a Câmara, dá duzentos e trinta e seis mil (236.000€). -----

Agora, a empresa – eu vi que o Sr. Deputado se riu, aconteceu-me o mesmo que lhe aconteceu a si quando vi o nome que foi escolhido, depois percebi por quê, porque são aquelas listagens já predefinidas para constituir a empresa, basicamente é isto. E portanto, foi esta que saiu. E se está aqui que a empresa assume todo o passivo financeiro – aliás, está aqui assumindo todas as responsabilidades financeiras desta empresa. É isso que está, não sei se teve oportunidade de ler, está aqui, assumindo todas as responsabilidades financeiras desta empresa. Portanto, é porque terá capacidade e terá negociado também com a banca para poderem aceitar, como é óbvio. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----
Segundo período de intervenções. Sr. Deputado José Aires, faça favor, é a única inscrição. ----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----
Aqui é só uma questão, o Sr. Presidente da Autarquia já me esclareceu quase todas as questões que eu coloquei, mas gostaria que me pudesse responder quem é o único sócio dessa empresa. Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** O que eu sei do sócio que apareceu, é o Dr. Ricardo Santos Silva, que foi quem ficou com a concessão das minas. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----
Então, passaríamos à votação. O Sr. Deputado Luís Dias declarou-se impedido, não vai votar. Iremos proceder, então, à votação, são vinte e cinco membros que votarão. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** Assembleia Municipal nos termos da alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **deliberou por maioria**, com 23 votos a favor e 2 abstenções (*dos deputados José Aires e António Júlio Andrade*), **autorizar “a alienação da participação local que o Município detém na sociedade GESTURDOURO – Gestão de Empreendimentos Turísticos do Douro Superior, Lda., conferindo ao Presidente da Câmara os necessários poderes para negociar a alienação e outorgar tudo o que necessário for para este fim”**. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado, diga, se faz favor. -----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Eu quero apenas justificar a minha abstenção, pelo facto de sempre me abster, tanto quando se formou a sociedade (abstive-me), quando compraram o edifício adiante (abstive-me), e agora continuo a abster-me.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. O Sr. Deputado Fausto também quer fazer uma declaração de voto. Faça favor. -----

-----**O Deputado Fausto Tiago:** É uma declaração de voto. -----

-----**Declaração de Voto**-----

Eu votei a favor, penso que neste momento é a melhor atitude que a Câmara tem a tomar. E vou prestar um esclarecimento: eu estava na Assembleia Municipal, na altura, e quando este ponto foi à Assembleia Municipal – não sei se há aqui mais deputados que estavam, não sei se o Sr. Presidente estava – houve uma grande discussão, não foi aprovada a compra, foi novamente para trás, para as pessoas pensarem, para estudarem, para refletirem bem naquilo que se estava a passar, porque não houve consenso. Por acaso ouvi algumas pessoas a comentar, que isto era mais uma parceria público-privada. Não foi nada disso; na altura, entendeu-se – e penso que houve deputados do PSD que votaram a favor, outros votariam contra, não tenho agora a certeza, eu penso que votei a favor – que seria uma boa solução para o concelho, para incentivar o turismo. Não havia investimento a nível do turismo. Eu penso que isto foi decidido há cerca de treze anos, e na altura as coisas estavam mal, e havia muita gente que era da opinião de que a Câmara devia ajudar a iniciativa privada, a investir num setor em que Moncorvo era muito deficitário. Ora, as pessoas tiveram dúvidas, o ponto não foi aprovado, voltou atrás, e voltou a uma nova Assembleia. -----

Houve, de facto, muitas dúvidas, mas não pense ninguém que houve aqui algum interesse em estar a favorecer privados. Aliás, na altura, as pessoas que faziam parte desta compra até eram pessoas que não tinham grandes afinidades com o Executivo Socialista. Só que se entendeu que, de facto, seria um bom investimento para o concelho, e foi nesse sentido que se aprovou. De facto, não deu em nada, como acontece muitas vezes, e hoje estamos a reverter a situação. Por isso, eu voto a favor. Eu penso que, na altura, votei também a favor da participação da Câmara nesta compra. Verificou-se que, de facto, isto foi um flop, temos que corrigir o erro. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado, pela sua declaração de voto. -----

Passaria ao **Ponto n.º 3**, Carta Desportiva Municipal. -----

PONTO 3 — CARTA DESPORTIVA MUNICIPAL. -----

-----Inscreeveram-se para intervir neste ponto os deputados **Fausto Tiago** (PS) e **António Júlio Andrade** (PS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Vereador, faça favor. -----

-----**O Vereador Victor Moreira:** Bom dia, Sr. Presidente, bom dia a toda a Mesa, bom dia, Srs. Deputados. -----

Isto é um documento, a Carta Desportiva, é só para dar conhecimento, pois é um documento de análise, que foi feito para avaliarmos todas as instalações desportivas que havia no concelho, para, de alguma forma, nos dar aqui suporte de políticas desportivas a que possamos vir a dar continuidade. Foi feito com o trabalho de todos os Presidentes de Junta que quiseram colaborar connosco, daí o levantamento exaustivo que aqui está. Para ele se tornar efetivo, realmente, deve ser sempre acompanhado por atualizações, uma vez que podem haver instalações que se podem degradar, e outras sofrerem melhorias, e isto requer sempre de uma atualização. -----

É um documento vivo, que está em análise agora, só para conhecimento, que pode haver sempre a colaboração de todos os interessados em poder colaborar, para poder melhorar esta Carta Desportiva. -----

A Carta Desportiva como um instrumento de análise e de caracterização da realidade desportiva do concelho, para se tornar operativa, deve-se manter atualizada, o que implica um desenvolvimento de um trabalho contínuo de acompanhamento das instalações desportivas. Este é um aspeto fulcral para que a Carta Desportiva continue a ser um instrumento de planeamento, face a novas necessidades que possam surgir. -----

À medida que se foi fazendo a Carta Desportiva, fomos também alterando – porque houve determinados equipamentos desportivos que, entretanto, desde que se iniciou o estudo e a finalização da Carta Desportiva, foram sofrendo alterações, alguns por desgaste provocado por intempéries. Neste momento, é o que está mais fiável, à data que foi concluída, não querendo dizer que, de futuro, não haja aqui melhorias que possam surgir em alguns equipamentos desportivos, e outros que possam sofrer alguma degradação devido a intempéries, como referi.- A nossa intenção, com a vossa colaboração, é trazer sempre este documento o mais atualizado possível. -----

Se houver alguma questão, estou disponível. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Vereador Victor Moreira. -----

Então, vamos dar oportunidade aos Srs. Deputados de se pronunciarem. Quem pretende intervir? Sr. Deputado Fausto. -----

-----**O Deputado Fausto Tiago:** Eu estive a ver, e dá-me ideia de que algumas coisas não estão corretas. Por exemplo, onde compara a população de Moncorvo, do Douro e da região norte. Na parte dos valores absolutos, quer em população, quer em percentagem, acho que não está correto, está lá um aumento de cerca de sessenta por cento (60%), tem lá zero ponto seis, e isso é seis por cento (6%). Depois, a diferença entre a população indeterminada, são cerca de dois milhões, e está lá um valor muito inferior – no quadro onde compara as populações de Moncorvo, e penso que há ainda mais um quadro, ou dois. Sei que é o quadro que compara a população de Moncorvo com a região do Douro e a região norte. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Neste momento, também não consigo localizar o quadro. Sr. Deputado Luís Dias, prescinde? Sr. Vereador, faça favor. -----

-----**O Vereador Victor Moreira:** Se não se importar, eu analisarei a tabela, e depois daremos uma resposta. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Segunda ronda, mais alguém quer intervir neste ponto? Sr. Deputado António Júlio, faça favor. -----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Trata-se de um documento muito bonito, está muito bem ilustrado, mas não corresponde em nada à realidade do concelho. E eu explico: eu sou o sócio n.º 4 de uma associação desportiva que foi constituída por 1976, 1977, e até hoje nunca houve umas eleições para ela, continua aí no papel, não sei por quê. E desconfio que como essa, estão a generalidade das associações desportivas do nosso concelho. Acho que a Associação Cultural e Desportiva de Felgueiras teve as últimas eleições não sei há quantos anos, não sei quando é que teria apresentado contas pela última vez, no Larinho a mesma coisa – são duas que eu conheço, de que sou sócio – suponho que nas outras aldeias acontece o mesmo. -----
Portanto, isto é muito bonito, muito bonito, mas... -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado, acho que está discutido este ponto. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal no uso da competência prevista na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **tomou conhecimento da Carta Desportiva.** -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 4 – PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DAS DISTINÇÕES HONORÍFICAS E CHAVE DE HONRA DA VILLA DE TORRE DE MOCORVO. -----

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Este ponto da proposta de regulamento vem sendo trabalhado já há algum tempo, foi já duas vezes a reunião de Câmara. O que é que visa? É termos um regulamento que nos permita, de uma forma consistente, coordenada, desde o momento em que haja esta aprovação, quer para este Executivo, quer para os próximos e para os vindouros – obviamente, este é um documento evolutivo, que tem que ser revisto periodicamente. Mas, é um documento que visa o quê? Termos um livro próprio, onde assentem as distinções que queremos fazer, seja ao Presidente da República, Primeiro Ministro, Srs. Deputados, deputados municipais, o que for, para de alguma forma ter uma consistência, e não como temos feito até agora, que temos congratulado, digamos assim, algumas pessoas, temos desenvolvido ad hoc essa forma, ou com um pequeno diploma, ou com uma pequena lembrança. E desta forma ficarão regulamentadas as distinções honoríficas. Obviamente, se serão entregues, ou não, isso depois cada um fará o que bem entender, ficaríamos era com um documento que perdurasse, para sabermos quais são as distinções que cabem aos Municípios.- Este documento não é uma novidade, obviamente, é um documento que se aplica às autarquias, só que nós nunca o tínhamos transposto para a Autarquia de Torre de Moncorvo, e estamos a apresentá-lo agora. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Vamos, relativamente ao Ponto n.º 4, abrir também o período de discussão. Quem se pretende inscrever? Não há inscrições. Passamos, então, à votação. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de

setembro, deliberou **por unanimidade, aprovar o “Regulamento Municipal”** supra identificado que aqui se dá por transcrito para todos os efeitos legais. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

**PONTO 5 — CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE
COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO NAS
JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO.** -----

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** É o contrato interadministrativo que a Câmara faz sempre com as Juntas de Freguesia, os critérios são exatamente os mesmos, têm a ver com o número de eleitores, têm a ver com os quilómetros que fazem, em termos de limpeza, e têm a ver também com algumas das competências que foram atribuídas às Juntas de Freguesia. E portanto, no quadro, são todas as Juntas tratadas da mesma forma, e com os mesmos valores que são referenciais para todas as Juntas, e para todos os Srs. Presidentes de Junta. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Quem pretende intervir sobre o Ponto n.º 5? Não há inscrições, passamos à votação do Ponto n.º 5, Contrato Interadministrativo de delegação de competências da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo nas Juntas de Freguesia. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por unanimidade, de votos dos membros presentes, autorizar “a Câmara Municipal a celebrar os Contratos Interadministrativos de delegação de competências nas Juntas de Freguesia até ao montante estabelecido no mapa financeiro anexo à minuta”.** -----

-----*Estava ausente da reunião na votação deste assunto o Deputado António Eduardo Carvalho.*-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 6 — CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO. -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **José Aires** (PS), **Fausto Tiago** (PS) e **Luís Dias** (Coligação PSD/CDS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, mais uma vez, faça favor de nos elucidar. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Esta contratação de empréstimo é uma contratação até ao montante máximo de novecentos e cinquenta mil euros (950.000€), e tem a ver com a repavimentação de estradas municipais e arruamentos.-----

Nesta questão, deixem-me só recordar, estava em Orçamento previsto, e com esta situação também que estamos a viver, em termos de economia, foi possível ir a um valor absoluto, e não a um valor relativo, do limite legal de endividamento. -----

Esta é uma proposta que eu já tinha aqui anunciado também que a CIMDouro tinha levado ao Sr. Ministro das Infraestruturas, pelo seguinte: as estradas municipais cada vez estão a ficar mais degradadas, algumas já não permitem que sejam mais remendadas, temos de fazer um trabalho completo, e esta foi uma proposta que se fez ao Sr. Ministro, que tem alguma dificuldade por causa das normas europeias, que não permitem nenhuma gaveta, digamos assim, dos fundos europeus para alcatrão.-----

De qualquer forma, a posição que a CIMDouro tomou, dos dezanove Municípios, foi que muitas destas estradas, ou algumas, já tiveram participações europeias. E portanto, se nós não pegamos nelas agora, daqui a dez anos, ou daqui a cinco anos, vai ser muito pior, e vamos ter estradas intransitáveis. -----

Portanto, foi feito um levantamento pelos serviços técnicos da Câmara, foi previsto um montante de novecentos e cinquenta mil euros (950.000€), e foram feitos pedidos de propostas às entidades bancárias com sede no Concelho de Torre de Moncorvo. Uma respondeu que não iria concorrer (foi o Novo Banco), e as três que apresentaram propostas foram a Caixa de Crédito Agrícola, com um ponto vinte (1,20%), Caixa Geral de Depósitos, com um ponto setenta e cinco (1,75%), e o BPI, com zero ponto oitenta e sete (0,87%) – este é o spread. A este, ainda são retirados os juros que estão negativos, e estaremos a falar aqui de uma taxa de zero ponto trinta e dois (0,32%), basicamente, para conseguirmos lançar um procedimento por concurso público e remetê-lo ao Tribunal de Contas, para visto prévio. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente da Câmara. -----

Vamos, então, abrir a discussão. -----

Sr. Deputado José Aires, nesta primeira ronda é a única inscrição. Faça favor, Sr. Deputado. ---

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----
Relativamente ao ponto em discussão, Sr. Presidente, certamente será coincidência efetuar um empréstimo desta envergadura em ano de eleições autárquicas, especialmente depois de criticar investimentos eleitoralistas, enquanto Vereador da Oposição. Compreendo a necessidade que existe de manutenção das infraestruturas, referentes à pavimentação de estradas municipais e arruamentos; no entanto, falamos de quase um milhão de euros (1.000.000€) – mais precisamente, novecentos e cinquenta mil euros (950.000€) – a serem pagos, imagine-se só, em vinte anos – isto é, três quartos do valor serão pagos por futuros Executivos. -----
Perceber também, e questionar quais os critérios definidos que levaram à seleção destes arruamentos, em detrimento de outros. -----
Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Deputado, os critérios foram técnicos, e são as estradas que estão com maior dificuldade e com maiores problemas. E não estávamos a contar, por exemplo, quando foi feito o levantamento, com uma que obrigatoriamente terá que ser, para além destas, que tem sido o abatimento de muros que temos tido – aconteceu na antiga Nacional 220, aconteceu agora de quem vai da Açoreira para Maçores, uma série delas, devido ao tempo.- Este documento, o Sr. Deputado está a dizer que é eleitoralista, mas já vinha com o Orçamento. E repare uma coisa, Sr. Deputado: foi feito um empréstimo de longo prazo em 2012, começou em 2009, com um período de carência só para depois de outubro de 2013. Isso é que é mau, é colocar um período de carência de 2009 a 2013, para ser pago na íntegra pelos outros. Isso é que é mau, Sr. Deputado. Mas, até lhe digo, estou plenamente confortável, porque quem chega aqui, em 2013, com quase dezassete milhões (17.000.000€) de dívida à banca, e tem neste momento menos de sete milhões (7.000.000€), nem que seja com um, fica metade. Portanto, perfeitamente tranquilo quanto a isto, e as contas da Câmara estão perfeitamente de acordo com as nossas possibilidades – fornecedores em dia, dívidas a terceiros, as menores de sempre, e dívidas de terceiros para conosco, bem acima, são quase cinco milhões (5.000.000€) – dá quase para pagar a dívida, se o Estado cumprisse na íntegra aquilo que nós temos a receber. -- Portanto, Sr. Deputado, esteja sossegado, descansado, pode vir com a sua candidatura, que não é isto que lhe vai pesar financeiramente ao fim do mês, pode ter a certeza, ao contrário do que os outros apanharam. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Segundo período de intervenções. Sr. Deputado Fausto, Luís Dias e José Aires. -----
Sr. Deputado Fausto, faça favor. -----

-----**O Deputado Fausto Tiago:** Como é hábito, o Sr. Presidente da Câmara não podia deixar de falar da dívida. De facto, a dívida foi virtuosa. Por quê? O Sr. Presidente da Câmara, nestes oito anos, só precisa de ir à banca agora, buscar estes novecentos e cinquenta mil euros (950.000€). Por quê? Porque chegou cá e tinha a obra feita. Para si foi melhor, só tinha de pagar a dívida, e mais nada. E a dívida, como é que se paga? O senhor não teve que arranjar dinheiro; todos os anos, de três em três ou de quatro em quatro meses, vem o dinheirinho ali para a conta da Câmara, e o senhor só tem que se preocupar em pagar. A obra estava feita, isso foi trabalho que lhe pouparam, o senhor dorme descansado. Aliás, nem tem a preocupação de lançar novas obras, porque o senhor é contra as grandes obras – há uma exceção, que é a ponte sobre o Douro. Portanto, para si foi bom, só tinha a dívida para pagar. Recebia o dinheiro, não tinha de fazer nada para receber o dinheiro, não é como uma empresa que está falida e o empresário tem que andar a saber do dinheiro, tem que investir, tem que ir aqui, tem que ir além. Não, o senhor dormia descansado, o dinheiro chegava do Orçamento de Estado, das transferências do Orçamento do Estado, e o senhor só tinha que se preocupar em pagar a quem tinha a receber, mais nada. Estavam as obras feitas, foi uma despreocupação para si. Conte lá, foi ou não foi? Tinha estradas municipais, tinha barragens, tinha piscinas, tinha as grandes infraestruturas todas feitas. Foi um descanso, foi um alívio para o senhor, só teve que pagar. Mas, para pagar, não teve que arranjar dinheiro, porque o dinheiro vem, de três em três ou de quatro em quatro meses, chega ali à conta da Câmara, o senhor só tem que se preocupar em dividir, mais nada. Foi só isso que o senhor fez. -----

Agora, chegou ao fim destes oito anos, pronto, há alguma capacidade de endividamento, e agora o senhor vai remendar algumas estradas, estradas essas que já estão a servir a população há muitos e muitos anos. Quando nós circulávamos em estradas nacionais que eram autênticos buracos, nós circulávamos em tapetes, do Pocinho até ao Peredo – e volto a falar outra vez no tapete do Pocinho até ao Peredo, a ver se o senhor me volta a dizer que eu sei mais do que aquilo que digo. O senhor, há pouco, não me respondeu, e eu quero que o senhor me diga o que é que eu sei mais do que aquilo que digo, relativamente à estrada entre o Peredo e o Pocinho. -

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Luís Dias, tem a palavra. -----

-----**O Deputado Luís Dias:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Na última Assembleia, houve dúvidas pertinentes que um membro desta Assembleia pediu para o Executivo responder, sobre as obras que este Executivo fez. Ou seja, este Executivo não esteve parado nestes oito anos. Este Executivo – por exemplo, todas as ETAR's das freguesias deste concelho foram reabilitadas ou feitas novas. Por exemplo, havia saneamento – diz-se que o antigo Executivo, de há oito anos, tinha o saneamento feito em todo o concelho, não é verdade, havia sítios no nosso concelho que não tinham saneamento, e foi feito. A reabilitação urbana – veja Moncorvo, como estava há oito anos, e veja Moncorvo como está agora; veja um castelo, como estava há oito anos, e veja um castelo como está agora; veja abaixo da Corredoura, o Largo dos Ferreiros, como estava, e como vai ficar. Ou seja, este Município tem feito obra; agora, é obra que não se via, ninguém vai andar a fazer visitas às ETAR's, para ver como é que a ETAR foi construída, se é bonita. É obra que não se vê. -----

Agora, as estradas, é verdade, já se pagaram, há quarenta anos que foram feitas e já se pagaram. Foram feitas estradas nestes últimos anos? Foram, aprovámos aqui, por exemplo, da Horta ao Nabo, uma nova estrada; também se fizeram outras estradas, Adeganha – Junqueiro. Por isso, este Executivo sempre fez obra. Não é por ser o último ano que é uma medida eleitoralista pedir um empréstimo para compor estradas. Se fosse para grandes obras, como um pavilhão multiusos, isso sim, poderia considerar-se uma medida eleitoralista; agora, manter a rede viária, que provavelmente é o maior património, a seguir aos seus técnicos, que o Município tem, acho que é um bom investimento e uma boa obra por parte deste Executivo. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado José Aires. Faça o favor de intervir. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. -----

Agradeço os esclarecimentos do Sr. Presidente às questões que coloquei inicialmente. Porém, sendo este investimento – mais uma vez o digo, por coincidência – em ano de eleições autárquicas, e imagine-se só, em freguesias presididas, todas elas, por membros da coligação PSD/CDS, pergunto-lhe: não deveria a documentação vir acompanhada de um relatório dos serviços, que contribua para a transparência e a justificação do investimento solicitado? -----

E questionar aqui também – que na intervenção acerca da atividade municipal, o deputado João Leonardo referiu que não colocavam faturas na gaveta, nem deixavam dívidas a terceiros – sendo um empréstimo a vinte anos, alguém irá pagar. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Bom, tivemos aqui a perspetiva do mais puro socialismo que existe, que é: deixem a dívida para os outros e não se importem, alguém há de pagar. Foi esta a perspetiva. As obras estavam todas feitas, ninguém fez aqui nada, duas ou três folhas que vêm aqui, de obras que já estão concluídas, e de outras que foram feitas, e outras que eram anunciadas como as grandes obras do regime, que eram o saneamento e água em toda a sede do concelho, andavam sempre a apregoá-lo, e teve que ser feita muita nova. Mas, eu nem vou entrar nisso, eram obras que são necessárias. -----

Eu nem sou apologista pelas obras do último ano de mandato, até porque obras no último ano de mandato trazem sempre constrangimentos para as pessoas, e trazem sempre problemas entre as Juntas de Freguesia. -----

Mas, há aqui uma coisa que o Sr. Deputado Fausto falou, e que isso é que é importante; o Sr. Deputado falou: “Você não fez nada; chegava ali o cheque, e tinha que o pagar.” Mas, tínhamos que arranjar dinheiro para o pagar, porque, às vezes, nem chegava para termos o dinheiro para pagar os compromissos que estavam, porque a dívida era de tal forma elevada – o senhor diz que se fala sempre da dívida, e tem que se falar, porque vamos endividar o Município – a dívida era de tal forma elevada que não tinha capacidade de endividamento. A coisa certa que o senhor disse aqui foi a capacidade de endividamento. Só agora é que o Município, passados sete anos de andar a pagar dívida, é que consegue ter capacidade para ir à banca, e com os juros que temos. -----

Agora, eu ainda não percebi se o Sr. Deputado Fausto é contra o investimento de capital nas freguesias, ou se é a favor. Não tínhamos capacidade de ir à banca, que é diferente. Quando o Município estava endividado para além dos nove milhões (9.000.000€), e dos doze milhões (12.000.000€) que pediram em 2012, fizeram naquele montante e deixaram para os outros pagarem. E para fazer o quê? Essa é que é a questão. O mesmo, não. Sabe por quê, Sr. Deputado? De 2009, passar com um período de carência para 2013, depois de outubro de 2013, aí é que é uma coincidência, como diz o Sr. Deputado José Aires, é uma coincidência em outubro de 2013 haver eleições. Isso é que é uma coincidência. E assim é fácil de fazer. Mas, aqui temos uma coisa que é muito simples – e os senhores, que são preocupados com isso, vão à praça, a quem é a favor deste Executivo e quem é contra, naqueles que são os fornecedores do Município, se alguma vez ficaram trezentos dias sem receber, porque isso é que é o verdadeiro impulso da economia, é aquele que nos está a colocar ali na Câmara produtos, e que sabe que ao fim do mês vai receber, e não tem que ir a peditório ao Presidente da Câmara; sabe que naquele prazo o recebe. E quando entrámos, infelizmente, todas as fichas e as folhas da DGAL indicavam o período de pagamento. Deixaram endividado, deixaram obra por fazer, e deixaram os fornecedores a andar aflitos para conseguirem receber. Esta é a grande diferença. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Penso que está toda a gente esclarecida sobre este ponto. Então, vamos passar à votação do Ponto n.º 6. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, **deliberou por maioria**, com 23 votos a favor e 3 abstenções (dos deputados *Maria de Lurdes Reis, José Aires e António Júlio Andrade*), **aprovar a “contração de empréstimo, as cláusulas contratuais e a minuta do contrato que aqui se dá por transcrita para todos os efeitos legais”**. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 7 — ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS. -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **José Aires (PS)** e **António Júlio Andrade (PS)**. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, faça favor de nos apresentar o ponto. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Esta alteração que agora propomos aqui à Assembleia tem a ver com duas situações. A primeira, o Gabinete de Empreendedorismo, que passa a fazer parte direta da dependência do Gabinete do Presidente, o setor de eficiência energética, florestal e do ambiente, que está na parte da Gestão Urbanística, e depois, a criação – que já em tempos existiu neste Município – de uma Divisão – e esta é que é a grande alteração – que é a Divisão de Ação Social. Nós, neste momento, já temos os lotes definidos para iniciar o procedimento do Primeiro Direito, para erradicar as habitações indignas – são seis lotes que vamos pôr a concurso, e vamos necessitar, obviamente, de alguém que esteja a tempo inteiro, e uma Divisão a trabalhar com isso. A Divisão, na altura, extinguiu-se porque só se permitia ao Município de Torre de Moncorvo ter três Divisões – devem recordar-se, alguns dos que estão aqui, nós chegámos a ter três Divisões e um Diretor de Departamento; depois, quando foi o ano da troika, tudo isso teve que ser alterado, e tivemos que reduzir para três Divisões. Neste

momento, repõe-se o que era anterior a 2014, com a Divisão de Ação Social. É esta a grande alteração ao organograma, que tem que vir plasmada no regulamento. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente da Câmara. -----
Sr. Deputado José Aires, faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

“Com o presente regulamento da organização dos serviços municipais, pretende-se reforçar o contributo da administração municipal para o desenvolvimento do concelho, promovendo uma administração mais eficaz, eficiente e modernizada, na prossecução das suas atribuições” – escreve o Chefe da Divisão Administrativa e Financeira na Informação n.º 263/2021, de 17 de fevereiro, texto que faz parte do preâmbulo do regulamento agora em apreciação. -----

E do que vemos no art.º 7.º, ficamos a saber a composição e número máximo de unidades orgânicas flexíveis, quatro Divisões, dirigidas por dirigentes intermédios de 2.º grau; unidades orgânicas flexíveis, duas, dirigidas por dirigentes intermédios de 3.º grau; subunidades orgânicas, ou secções, três; gabinetes de apoio direto ao Presidente da Câmara, cinco. -----

No art.º 8.º é apresentada a estrutura hierarquizada que é discriminada no Cap. II. No art.º 18.º é definida a Divisão Administrativa e Financeira, e ficamos a saber que é constituída por seis subunidades orgânicas flexíveis – ou estarei a fazer confusão? Mas, como ficamos? O número máximo fixado de unidades orgânicas é três. A Divisão de Obras, Serviços Urbanos e Ambiente é constituída por duas subunidades, sendo uma delas a subunidade de Obras Públicas por Administração Direta. -----

No art.º 32.º, passa a subunidade de Obras Públicas, caiu a “administração direta”. É constituída por sete setores, sendo um deles o Setor de Manutenção das Vias, Espaços Verdes e Sinalética, Água e Saneamento, que tem a competência de assegurar a gestão e reparação das redes de água e saneamento (art.º 34.º, alínea e)). Agora fiquei confuso: então a gestão e reparação das redes de água e saneamento não é uma competência da ADIN? -----

Já o setor de obras públicas por administração direta, fiscalização e topografia deve participar, juntamente com a Divisão de Ordenamento do Território e Gestão Urbanística, nos atos tendentes à receção definitiva dos trabalhos de urbanização de loteamentos urbanos, com vista a homologação superior (alínea z)ee), e programar e coordenar as atividades do serviço de planeamento e gestão ambiental (alínea z)gg)). Procurei e não encontrei na organização agora proposta, quer a Divisão de Ordenamento do Território e Gestão Urbanística, quer o serviço de planeamento e gestão ambiental. Talvez existam no Município da Covilhã... -----

Na estrutura hierarquizada, mais à frente, aparece a Divisão de Ação Social, Cultura e Educação.

M.

Edw

Mas, então, agora não passou a denominar-se Divisão de Educação, Cultura e Desporto (art.º 40.º)? -----

E ainda nesta estrutura hierarquizada, temos o setor do património, que mais à frente passa a setor do património cultural. -----

Não me vou alongar mais. Mais uma vez se assiste à apresentação de um documento tão importante para a gestão municipal com tantas discrepâncias e erros. É uma vergonha e uma falta de respeito para com este órgão municipal a falta de cuidado continuado na elaboração da documentação apresentada por parte dos serviços municipais. O assunto não está em condições de ser apreciado; os técnicos que façam o seu trabalho, e o Sr. Presidente que apure as responsabilidades. -----

Proponho, assim, que seja adiado, para que os serviços procedam às correções necessárias – e são muitas – e seja agendado numa próxima reunião para apreciação por parte desta Assembleia Municipal”. -----

-----**O Presidente de Mesa:** O Sr. Deputado Luís Dias prescinde? Não há mais intervenções nesta primeira ronda. Sr. António Júlio, faça favor. -----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Eu tenho alguma experiência na biblioteca e na cultura do concelho, e não compreendo muito bem como é que pode haver um setor de biblioteca, outro de apoio à cultura, e um terceiro para apoio ao Plano Nacional de Leitura. Acho que esses três setores cabem, e devem estar, todos eles, num único setor. Não percebo, porque os livros de apoio à leitura têm de ser da biblioteca; o apoio à cultura tem de ser através da biblioteca. -----

Depois, há um setor do património cultural, e há outro setor da arqueologia, como se a arqueologia e a história não fossem do património cultural. Dá-me a impressão de que isto não é feito para funcionar, nem para atender aos problemas do Município, da cultura do Município, mas para atender aos empregos para os amigos. Suspeito que seja para nomear um chefe de um setor, mais outro de outro, mais outro de outro, e é por isso. Dizia-me há dias um indivíduo, muito espantado, que no setor da biblioteca trabalhavam já uns quarenta e oito indivíduos, não sei se é verdade, nem se não. Parece-me demasiado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Agora sim, Sr. Presidente, tem a palavra.

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Começando pelo final, Sr. Deputado António Júlio, o que está aqui é tudo da biblioteca, como é óbvio, está tudo dependente da biblioteca, e as pessoas já estão lá a trabalhar – aliás, já estavam a trabalhar. Só que quando o senhor requisita,

por exemplo, um documento do arquivo, isso é um setor dentro da biblioteca; se requisitar um livro, é outro setor; se for ler uma história, como era antes o apoio à leitura, é outro setor. São os funcionários que trabalham nesse setor, coordenados e dirigidos por um Chefe de Divisão, que é na biblioteca, para não estar tudo aqui, porque se puséssemos só “biblioteca”, então aí é que não se fazia nada. -----

Quanto ao Sr. Deputado José Aires, agradecemos os lapsos que encontrou, e obviamente que eu sou o primeiro a retirar este documento, e trazê-lo para abril. Pena é que não tenha visto aquilo em dezembro, porque também já veio assim, e disso nos penitenciamos. Mas, será retirado e trazido em abril para aprovação. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sendo assim, não há votação, mas antes disso, também não há um segundo período de intervenções. Mas, já agora, se houver alguém que tenha mais alguma achega para melhorar o documento, façam favor. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por unanimidade, adiar para a próxima reunião a “Alteração ao Regulamento Municipal supra identificado”** que aqui se dá por transcrito para todos os efeitos legais. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 8 – ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL.

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **José Aires (PS)** e **José Meneses (Coligação PPD-PSD/CDS-PP)**. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Neste Mapa de Pessoal, só dar aqui duas ou três indicações. -----

Em termos do que está agora em vigor, temos duzentos e dezassete lugares que constam do mapa, sendo que são cento e sessenta e seis os ocupados. Na alteração que propomos agora, fruto também de reformas e uma série de situações, e outras pessoas que estão em mobilidade, passaríamos a ter ocupados cento e sessenta e dois. Se bem que aqui temos um dirigente – e

vinha na posição que tínhamos falado no ponto anterior, que era a criação de um Chefe de Divisão, para dirigir a Divisão – que já aqui constava como estando a criar. Portanto, é a única alteração que aqui está, vai ser criar um Chefe de Divisão com o organograma. Se acharem que deve vir tudo junto, também não vejo por aí nenhuma dificuldade – se bem que o documento que virá na próxima reunião será exatamente igual a este, porque é a intenção de criar um dirigente de 2.º grau, e essa parte não fica anulada com o que se passou no ponto anterior. E facilita em termos de procedimentos que temos aqui, com algumas mobilidades que foram pedidas pelos funcionários da Câmara Municipal, e que já estarão previstos neste mapa, e no anterior, no que está agora em vigor, não está. -----

E portanto, é só essa a situação: um Chefe de Divisão que há de ser criado quando for aprovado o ponto anterior, em abril; o Mapa de Pessoal é “a criar”, e portanto, mantemos a situação de se criar um posto para Chefe de Divisão. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Então, quem pretende falar? Sr. Deputado José Aires, e Sr. Deputado Luís Dias. -----
Sr. Deputado José Aires, faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----
Na nota justificativa da proposta de alteração do Mapa de Pessoal é referido que “*procuraram salvar todas as situações já conhecidas ou previstas, tendo a preocupação de não aumentar o número total de postos de trabalho previstos, anexando o Mapa de Pessoal em vigor para o ano de 2021, e a alteração proposta.*” -----

Analisados os dois mapas, o que está em vigor e o que contém a primeira alteração agora em apreço, a preocupação manifestada, de não alterar o número total dos postos de trabalho, não se verifica. Das duas, uma: ou os números estão incorretos, ou não sabem fazer contas de somar. No quadro resumo de comparação entre as duas situações, atualmente são duzentos e dezoito os lugares aprovados, e não duzentos e dezassete, e duzentos e vinte e dois os lugares propostos, resultando num aumento de mais quatro postos de trabalho, e consequentemente da despesa. Pois é, Sr. Presidente, fazendo as contas, duzentos e vinte e dois menos duzentos e dezoito é igual a mais quatro. -----

Fiquei surpreendido ao verificar no Mapa de Pessoal que nos foi entregue que o lugar de Chefe de Divisão, com licenciatura em biblioteca e documentação, está vago, e que o de Chefe de Divisão com licenciatura em sociologia está ocupado. Sr. Presidente, como o senhor bem deve saber, só depois da publicação da reorganização dos serviços municipais em Diário da República é que pode ser aberto concurso para dirigente de 2.º grau da nova Divisão de Ação Social. Como é que pode estar ocupado um lugar que, em termos legais, ainda não está criado? E a Divisão

de Ação Social, Cultura e Educação, tanto quanto sei, é chefiada pela Dra. Helena Pontes. Vai deixar o lugar? É que no Mapa de Pessoal o lugar está vago. -----

Mais uma vez, os documentos enviados a esta Assembleia têm erros grosseiros, não há uma preocupação em verificar se estão devidamente redigidos, denotando uma grande falta de respeito por esta Assembleia Municipal. Não é admissível este desleixo e incompetência. Sr. Presidente, compete-lhe o apuramento de responsabilidades. -----

O assunto não está em condições de ser apreciado. Proponho, também agora, que seja adiado, para que os serviços procedam às correções necessárias, e seja agendado numa próxima reunião para apreciação por parte desta Assembleia Municipal. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Luís Dias, prescinde? Sr. Chefe de Divisão, tem a palavra. -----

-----**O Chefe da Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal (Dr. Eduardo Dixo):** Sr. Deputado, agradeço-lhe os reparos feitos. Não é preciso apurar responsabilidades, porque a responsabilidade é minha, tão simples quanto isso. Efetivamente, há ali uma gralha no mapa descritivo que serve para termos uma ideia do número de trabalhadores que estão em cada uma das carreiras, e a área em que eles exercem as suas funções. Efetivamente, reconheço que há esse erro, e resta-me agradecer-lhe esse reparo. -----
Mais nada. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, quer intervir? -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** O que eu propunha neste caso é que, uma vez que a gralha é fácil de corrigir, trata-se de um Chefe de Divisão que, obviamente, está em funções, e que se nota bem que era um, e não zero, que com essa anotação que foi feita pelo Sr. Deputado, que seja votado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, já terminou? Há aqui uma gralha, que já está identificada – nos dirigentes de 2.º grau, segundo estou a entender, há uma troca entre a licenciatura em biblioteca e documentação e licenciatura em sociologia. Não é assim? Muito bem. Sr. Deputado José Aires, faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----
Na minha intervenção também referi outras situações, porque se formos ao primeiro quadro, que está logo por baixo da nota justificativa, onde aparece a carreira – o CTFPTI e o CTFPTC – aqui

estive a fazer comparativamente com os quadros que estão mais adiante, e efetivamente, no primeiro, dirigentes de 2.º e 3.º grau, parece-me correto; no técnico superior, onde está trinta e oito, deveria estar trinta e nove, proposta quarenta e dois mais três; na informática, aparece aprovado seis, na proposta estão sete, não estão seis, devia estar mais um, e não zero; no assistente técnico, onde estão quarenta e quatro, e depois quarenta e três, em ambos os quadros posteriores está quarenta e quatro e quarenta e quatro, na soma entre as duas partes deveria estar zero, e não menos um; no assistente operacional, onde está cento e doze e cento e sete, deveria estar cento e doze e cento e dez, que dá, neste caso, menos dois. Logo, o subtotal em baixo, em vez de duzentos e oito, deveria aparecer como duzentos e nove, e em vez de duzentos e sete, deveria aparecer como duzentos e doze, o que dá mais três, e não menos um. -----

No total, em baixo, por causa do erro acima, onde está duzentos e dezassete, deveria aparecer duzentos e dezoito, e nos duzentos e dezassete, deveria aparecer duzentos e vinte e dois, e daí dar mais quatro. -----

Depois, também existem outros quadros em que podemos analisar rubrica a rubrica, como o Mapa de Pessoal para 2021, no técnico superior, onde está no subtotal trinta e oito, deveria estar trinta e nove, depois aparecem ocupados trinta e dois, e não ocupados, sete. Aqui deveria aparecer trinta e nove, porque é a soma dessas duas parcelas, o número total de disponibilidade. No assistente operacional, também aqui mais abaixo, no subtotal, onde aparece cento e doze, está correto, mas ao lado, onde aparece oitenta, deveria aparecer setenta e nove, e onde está trinta e dois, deveria estar trinta e três. -----

Depois, existem outras incongruências, eu posso verificar todas, se for necessário. Existem mais, mas agora também não vou estar aqui a dirimir todas as situações. Acho que compete aos serviços fazer essas correções, já deixei aqui identificado onde é que elas se encontram. -----
Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Faça favor, Sr. Chefe de Divisão. -----

-----**O Chefe de Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal (Dr. Eduardo Dixo):** Em primeiro lugar, há uma situação que eu quero explicar: a metodologia que foi utilizada no Mapa de Pessoal aprovado em dezembro de 2020 foi diferente daquela que foi utilizada agora, e pode haver, na comparação direta entre os mapas, algumas aparentes incongruências que, se não se considerar a alteração da metodologia, não se conseguem perceber. -----

De qualquer das maneiras, em relação à questão dos técnicos superiores, eu quero recordar que quando foi aprovada, a alteração ao Mapa de Pessoal, salvo erro, na Sessão de setembro, foi chamado precisamente à atenção de que havia uma divergência entre o número de postos ocupados e o número de postos cativos, assim como o número dos lugares que não estavam

efetivamente ocupados. Na altura, explicou-se que existia uma trabalhadora que está em mobilidade no Município de Torre de Moncorvo, que pertence aos quadros de outra entidade, e que estava naquele momento a ocupar a vaga que pertencia, entre aspas, ao Sr. Eng.º Jorge Afeto que, como sabem, ocupa um lugar de dirigente. Assim, no caso dos dirigentes, estes surgem no Mapa de Pessoal a ocupar os respetivos lugares de dirigentes e, simultaneamente nos lugares cativos. -----

Nesta proposta de Mapa de Pessoal, se reparar, nos postos de trabalho de Técnico Superior – engenharia civil houve um aumento de um lugar, precisamente para corrigir essa situação. ----- Existem também algumas situações que há pouco o Sr. Presidente referiu que é a questão das mobilidades e por isso é que pode dar alguma confusão. Temos trabalhadores, por exemplo, em mobilidade na carreira de assistentes técnicos, que aparecem a ocupar lugares na carreira de assistentes técnicos, porque se os lugares não estiverem criados, eles não os podem ocupar, mas, em contrapartida, aparecem também refletidos no Mapa de Pessoal como assistentes operacionais, que é a carreira de origem, só que num caso estão nos lugares ocupados – no primeiro, que são aqueles que eles efetivamente estão a ocupar – e no outro caso aparecem como lugares cativos. -----

Uma das preocupações agora, também com esta alteração ao Mapa de Pessoal – eu sei que, aparentemente, possa parecer que o objetivo maior é criar um lugar de Chefe de Divisão - mas o principal objetivo foi precisamente criar as condições para que os trabalhadores que possuem habilitações superiores às exigidas para as carreiras onde estão, e que já solicitaram mobilidade, possam ocupar e exercer essas funções adequadas à habilitação que têm. Temos algumas situações de assistentes técnicos que solicitaram mobilidade para a carreira de técnico superior, outras situações de assistentes operacionais para assistentes técnicos, e temos uma ou duas situações que irão consolidar nos próximos tempos, que são trabalhadores que têm estado a desempenhar funções com grau de complexidade superior àquelas onde estavam anteriormente. E a preocupação de não aumentar os lugares do quadro, foi precisamente essa também, o quadro manter-se estável no número total de trabalhadores. -----

De qualquer das maneiras, irei rever as contas, para ver se, efetivamente, são duzentos e dezoito, ou são duzentos e dezassete, bem como para verificar as outras situações que referiu.-

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Chefe de Divisão. Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Aqui, a questão, como o Sr. Chefe de Divisão falou, tem a ver com o atraso das mobilidades para os trabalhadores, só, dos técnicos operacionais para assistentes técnicos. São trabalhadores que já pertencem à casa, e que pediram mobilidade, fruto das habilitações que já têm. Não temos mais nada. -----

Agora, cabe aos Srs. Deputados, se acham que por um erro de um número, que até já está mais ou menos explicado – e no outro caso, todos sabemos que é com a Dra. Helena, que até é na DAS, e não em sociologia na Divisão de Ação Social, que ainda não foi criada – se esperamos e esses trabalhadores aguentam até abril. Acho que se todos percebemos qual é a gralha, só estamos a fazer com que os trabalhadores estejam à espera mais dois meses. Mas, por mim, deixo a palavra aos Srs. Deputados. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado José Meneses, faça favor. -----

----- **O Deputado José Meneses:** Muito boa tarde, Sr. Presidente da Mesa, Presidente de Câmara, Executivo, colegas Presidentes de Junta, Srs. Deputados, restante público e funcionários. -----

Relativamente a este ponto, e uma vez que as alterações foram apontadas pelo deputado José Aires, proponho deixar em anexo as alterações mencionadas e levarmos à votação, com a devida retificação, porque com certeza que estamos a votar um Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, e não da Covilhã. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Mais alguém quer intervir? Sr. Deputado José Aires, faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Sr. Presidente, muito obrigado. -----

Aqui, a minha intervenção é uma interpelação à Mesa, que tem a ver com o facto de, anteriormente, o senhor já ter aberto os dois pontos para intervenções que estão previstos no Regimento, e posteriormente o deputado ter falado, depois da resposta à segunda ronda de questões, em que o Sr. Presidente já tinha prestado os esclarecimentos. Aqui tem a ver com a dualidade de critérios. Não sei que adjetivo hei de utilizar, mas é para ficar em ata. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Pois, tem razão, Sr. Deputado, e eu peço desculpa mais uma vez, não me tinha apercebido. Só agora, depois de olhar aqui para as minhas notas, é que percebi que tinha terminado a segunda ronda. Efetivamente, há um lapso meu, mais uma vez, porque já tinham terminado as intervenções. Mas, ainda há pouco, com o Sr. Deputado António Júlio também aconteceu, ele não levantou o braço, e também não deixou de intervir por causa disso. Portanto, acho que o Sr. Deputado está a ser demasiado legalista, mas esteja à vontade na crítica. -----

Eu não vejo, enquanto Presidente da Mesa, motivo para adiar a votação. Há aqui um erro que já foi identificado, e há um erro nas somas. Portanto, eu vou pôr à votação o documento, e os Srs. Deputados votarão em conformidade com a vossa consciência e a vossa vontade política. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **deliberou por maioria**, com 23 votos a favor, 2 abstenções (*dos deputados Maria de Lurdes Reis e António Júlio Andrade*) e 1 voto contra (*do deputado José Aires*), **aprovar “a alteração ao Mapa de Pessoal”** com as correções referidas na discussão deste ponto. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

-----**O Presidente de Mesa:** Terminado o período da ordem do dia, não temos público, não existem intervenções. -----

Irámos passar, então, à votação da minuta da ata. Sr. Presidente, quer intervir? -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Eu tinha dito que se chegasse aqui a informação que foi solicitada pelo Sr. Deputado, chegou-nos agora aqui da ADIN a seguinte informação: são infiltrações de águas pluviais que estão a provocar uma obstrução na tubagem, está a ser resolvido. Têm sido feitas análises diárias, e que estão corretas com os parâmetros. É o que está da ADIN. -----

-----**O Vereador Victor Moreira:** Sr. Presidente, se me permitir, voltando à Carta Desportiva e àquele reparo que o Sr. Deputado Fausto deixou, na pág. 26, realmente os números ??? todos os outros estão corretos. Na pág. 26, realmente nota-se aí que há um lapso. A população em

2011, dos Censos, nunca pode ser cinco milhões, seiscentos e oitenta e nove; é três milhões, seiscentos e oitenta e nove – senão tínhamos ali só metade da população portuguesa naquele dado. Todos os outros dados, a taxa de variação da população e a perda de população, estão corretos. Pedimos desculpa, vai ser alterado, e vamos fazer a inclusão da alteração. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado. -----

-----**O Deputado José Aires:** Esqueci-me de referir que em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, queríamos só desejar uma boa páscoa, e em segurança, a todos os Srs. Deputados. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, igualmente para todos. -----

-----Seguiu-se a leitura da minuta da ata, que submetida à votação foi **aprovada por unanimidade**. -----


-----Para constar e para os demais efeitos legais, se lavrou a presente ata, que depois de apreciada e votada, será rubricada e assinada por todos os membros da Mesa.-----

O Presidente da Mesa,



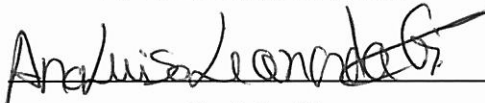
(Luís Miranda Rei)

1.º Secretário da Mesa,



(Pedro Miguel Pinto Carrasqueira)

2.ª Secretária da Mesa,



(Ana Luísa Gil)